



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

MARISTER ALVES LOUREIRO

PERCEPÇÕES E PRÁTICAS EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO
“SERRA DO CAJUEIRO”, ITABAIANA, SERGIPE.

São Cristóvão (SE)
2013

MARISTER ALVES LOUREIRO

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO
“SERRA DO CAJUEIRO”, ITABAIANA, SERGIPE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre à banca examinadora do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento e Gestão em Meio Ambiente

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas

São Cristóvão (SE)
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L892p

Loureiro, Marister Alves

Percepções e práticas em relação ao patrimônio "Serra do Cajueiro", Itabaiana, Sergipe / Marister Alves Loureiro ; orientadora Maria Augusta Mundim Vargas. – São Cristóvão, 2013.

101 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Política ambiental. 2. Reservas naturais. 3. Serra do Cajueiro. 4. Sergipe (SE). I. Vargas, Maria Augusta Mundim, orient. II. Título.

CDU: 502.14(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de mestre à banca examinadora do Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em: _____. _____. _____. _____

Banca Examinadora

Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Dr^o. Lício Valério Vieira Lima – Examinador externo
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe

Dr^a. Laura Jane Gomes – Examinadora interna
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Dr.^a Maria Augusta Mundim Vargas - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar.

Marister Alves Loureiro – Autora
Universidade Federal de Sergipe

Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

À minha avó materna, Zilda (in memoriam), que desenhou em seu cotidiano e registrou em minha memória a sua humilde e linda história de vida diretamente relacionada à Serra do Cajueiro. À minha mãe, Aristela, uma mulher guerreira e dedicada que sempre me incentivou a alçar novos vôos e nunca mediu esforços para me ajudar a decolar na busca da realização de todos os meus sonhos. A meu pai, Raimundo, que desde sempre, a sua maneira, me estimulou a mergulhar na inquietude do saber.

AGRADECIMENTOS

Cada conquista de nossas vidas deve ser vivida intensamente e enaltecida por tudo que foi aprendido e construído com muita determinação e dedicação. Durante todo o caminho trilhado para finalização deste trabalho, algumas pessoas foram peças indispensáveis para concretização deste sonho.

Agradeço inicialmente ao meu bom Deus que me concedeu a vida, saúde e muita força para alcançar meus objetivos, apesar das dificuldades encontradas no caminho. A fé que eu tenho Nele me fez perseverar.

Considero-me uma pessoa de muita sorte, pois tive a oportunidade de ser acompanhada por uma orientadora inteligente, sensível, compreensiva e, sobretudo, muito humana. A minha gratidão a professora Maria Augusta Mundim Vargas é imensurável. Muito obrigada por me receber de braços abertos e por me aconchegar em seu abraço nos momentos de incerteza.

Agradeço aos meus pais, Raimundo e Aristela, que me incentivaram a estudar, mas sempre me reavivando que os principais e maiores valores do ser humano são: honestidade, humildade e a integridade.

Agradeço aos meus padrinhos Maria Rejane e José Américo (in memoriam) por toda atenção, carinho e dedicação que tiveram por mim desde o meu nascimento. Agradeço também, com a mesma intensidade, as minhas tias Vilma e Edilma pelo companheirismo e, sobretudo, pela confiança que sempre depositaram em mim.

Agradeço imensamente às coordenadoras do Prodema Maria José Nascimento Soares, Gicélia Mendes da Silva, assim como a professora do curso de turismo Cristiane Alcântara de Jesus, pela compreensão, paciência e por todo o carinho a mim direcionado nos momentos mais difíceis.

As secretárias do Prodema: Aline, Najó e Julieta que sempre estiveram dispostas a colaborar, assim como aos professores do Núcleo que tanto contribuíram para minha formação.

Agradeço a coordenadora da Escola Rural Eugênia Lima, Anabel de Brito Nascimento e ao professor Jailson Guimarães pela excelente receptividade e contribuição na concretização das atividades. Agradeço também aos alunos da escola que contribuíram para boa realização do meu trabalho.

Aos meus amigos Joyce Pinto, Alba Vívian, Nataniel, Cláudio Braghini, Marcela Gois, Amanda Meneses, Ivan Lemos e Elyson Ádan que mesmo antes da aprovação me ajudaram e incentivaram a perseverar. Agradeço ainda a Paulo Ricardo, Luiz Gustavo, Ulisses Oliveira, Valdelice, Denise Maria.

Aos meus colegas de mestrado que dividiram comigo as dificuldades e compartilharam alegrias. Adorei tê-los conhecido nessa etapa tão importante da minha vida. Cada um de vocês contribuiu, à sua maneira, para meu amadurecimento profissional e pessoal. Em especial, agradeço a Isabella, Rosana, Paulo Rege, Cristyano Ayres, Juliana Franco, Juliana Rosa, Maracy, Carla Zoaid, Ana Bárbara, Camilla e Edilaine.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura que me ajudaram no amadurecimento dos conceitos, ideias e através das discussões e reuniões semanais despertaram em mim senso crítico a respeito de vários temas, inclusive o meu. Meus sinceros agradecimentos a todos do grupo, em especial a Rodrigo Lima e a Benizário Júnior.

Aos moradores do Povoado Ribeira e aos visitantes da Serra do Cajueiro que tiveram paciência em me ouvir e contribuíram com a pesquisa, o meu muito obrigada!

Por fim, agradeço a FAPITEC por ter me concedido a bolsa de estudos, possibilitando-me assim apenas a dedicar-me às minhas atividades e desenvolvê-las com tranquilidade.

RESUMO

Os problemas de cunho socioambiental nunca estiveram tão evidentes como na atualidade. As formas de uso, utilização e até mesmo de apropriação dos recursos e/ou bens naturais vêm sendo questionadas e analisadas na contemporaneidade. A criação de áreas naturais protegidas tornou-se uma medida cautelar e ao mesmo tempo normativa de proporcionar às gerações futuras o direito a usufruir desses recursos/bens. Nesse sentido, esta análise busca a reflexão sobre as percepções e as práticas dos moradores, visitantes e gestores em relação a Serra do Cajueiro, Itabaiana, Sergipe. Esta está inserida no conjunto do Parque Nacional Serra de Itabaiana. A pesquisa de caráter exploratório descritivo buscou analisar as percepções e as práticas dos sujeitos que se relacionam com a Serra do Cajueiro, levantar os elementos da Serra percebidos, identificar práticas de conservação em relação a mesma e avaliar se a Serra do Cajueiro é considerada um patrimônio por aqueles que se utilizam dela. A interdisciplinaridade desta pesquisa dá-se através das articulações envolvendo os campos que perpassam as diferentes disciplinas relacionadas ao contexto social, ambiental, cultural, espacial e político. Para coleta de dados em campo utilizou-se as técnicas da observação participativa passiva e entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos utilizados foram os mapas mentais e os roteiros de entrevistas, em âmbito formal e informal. As informações foram trabalhadas utilizando-se da análise de conteúdo e os mapas mentais foram tabulados e analisados levando-se em consideração os elementos naturais, construídos e humanos. Os resultados apresentaram que as percepções dos moradores e visitantes não convergem com as práticas, no entanto para os moradores essas práticas rotineiras estabelecem um vínculo funcional e/ou simbólico, configurando a Serra do Cajueiro como bem fundante para construção da história de vida dos que utilizam-na em seu cotidiano. Para os visitantes a Serra é considerada um bem sob a perspectiva do processo de burocratização no qual a mesma se insere.

Palavras-chave: Percepção Ambiental. Cotidiano. Áreas Naturais Protegidas.

ABSTRACT

Social and environmental problems have never been so evident as today. Ways of using, and even appropriation of resources and/or natural assets have been questioned and analyzed nowadays. The creation of protected natural areas has become a precautionary measure and also normative in order to provide future generations the right to use these resources / assets. Thus, this analysis aims to ponder over the perceptions and practices of residents, visitors and managers in respect to Cajueiro Mountain Range, Itabaiana, Sergipe. This research is embedded in the whole of the National Park of Sierra Itabaiana. The descriptive exploratory research investigates the perceptions and practices of individuals related to the Serra do Cajueiro, rise the elements of perceived Serra, identify conservation practices in relation to it and assess whether Cajueiro is considered an asset for those who use it. The interdisciplinary nature of this research is done through the joints involving the fields that pass by the various disciplines related to the social, environmental, cultural, spatial and political. For data collection in the field research, it was used the techniques of passive observation and semi-structured interviews. The instruments used were mental maps and interviews in the formal and informal ambit. Information was worked using the content analysis and the mental maps were tabulated and analyzed taking into consideration the natural elements, constructed and human. The results showed that perceptions of residents and visitors do not converge with the practices, but for the residents, these routine practices establish a functional link and/or symbolic, configurating the Serra do Cajueiro as foundational to build the life history of those who use it in their daily lives. For visitors Serra is considered an asset from the perspective of the process of bureaucratization in which it is inserted.

Keywords: Environmental Perception. Everyday Life. Protected Natural Areas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
PARNA	Parque Nacional
PARNASI	Parque Nacional Serra de Itabaiana
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Unidades de Conservação de Sergipe	29
Quadro 4.1	Extrato 1: Matriz Moradores	71
Quadro 4.2	Extrato 2: Matriz Moradores	73
Quadro 4.3	Extrato 3: Matriz Visitantes	78
Quadro 4.4	Extrato 4: Matriz Visitantes	79
Quadro 4.5	Bens e elementos apresentados e percebidos	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Parque Nacional Serra de Itabaiana.....	38
Figura 2.2	Praça do Mercado.....	39
Figura 2.3	Praça da Igreja.....	39
Figura 2.4	Leito do Riacho da Ribeira.....	41
Figura 2.5	Leito do Riacho da Ribeira.....	41
Figura 2.6	Riacho do Pilão.....	41
Figura 2.7	Cachoeira do Pilão.....	41
Figura 2.8	Poções da Ribeira.....	42
Figura 2.9	Poções da Ribeira.....	42
Figura 4.1	Retirada de lenha às margens do Riacho da Ribeira.....	58
Figura 4.2	Retirada de lenha às margens do Riacho da Ribeira	58
Figura 4.3	Lavagem de roupas no riacho da Ribeira.....	59
Figura 4.4	Roupas no riacho da Ribeira.....	59
Figura 4.5	Práticas de esportes de aventura.....	60
Figura 4.6	Vestígios de atividades afro religiosas.....	61
Figura 4.7	Vestígios de atividades afro religiosas.....	61
Figura 4.8	Práticas de visitantes no Riacho dos Poções.....	61
Figura 4.9	Latas como coletores de resíduos.....	63
Figura 4.10	Latas como coletores de resíduos.....	63
Figura 4.11	Marcas na paisagem: 01 pichação em rocha.....	63
Figura 4.12	Marcas na paisagem: inserções humanas.....	63
Figura 4.13	A Serra do Cajueiro e os Pilão.....	65
Figura 4.14	A Serra do Cajueiro e o Riacho da Ribeira.....	66
Figura 4.15	O Riacho da Ribeira.....	67
Figura 4.16	O Riacho do Pilão.....	67
Figura 4.17	Riacho dos Poções.....	68

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	15
Objetivos.....	18
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
1.1 Patrimônio: da natureza aos bens naturais.....	21
1.2 Patrimonialização da natureza.....	25
1.3 Práticas e representações para com os bens naturais.....	29
1.4 Paisagem: reflexo do cotidiano.....	32
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA.....	36
2.1 Delimitações e caracterização da área de estudo.....	37
2.2 Toponímia dos elementos naturais.....	40
2.3 Tipos e procedimentos da pesquisa.....	42
2.4 Técnicas e instrumentos da pesquisa.....	45
2.5 Conhecendo o universo e definindo as amostras.....	48
CAPÍTULO 3: INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	50
3.1. Interpretação e análise dos mapas mentais.....	51
3.2. Interpretação e análise das entrevistas.....	52
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
4.1. Percepção socioespacial pelos desenhos.....	64
4.2. Percepção dos moradores e a construção do cotidiano.....	69
4.3. Percepção e relação dos visitantes com a Serra do Cajueiro.....	75
4.4. Resultados quantitativos dos elementos percebidos.....	79
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES.....	91
ANEXOS.....	101

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais nunca estiveram tão evidentes como na atualidade. As últimas décadas retrataram uma série de mudanças provenientes do modelo econômico vigente como da apropriação e exploração humana sobre os bens naturais que devem, por direito, serem conservados para o usufruto de todos, como para as futuras gerações.

As formas de uso, utilização e até mesmo de apropriação dos recursos e/ou bens naturais vêm sendo questionadas e analisadas na contemporaneidade. A tentativa de reversão dessa realidade insere-se numa complexidade de discussões, ações e propostas na perspectiva de tentar minimizar e/ou conter certos tipos de atuação do homem para com os ambientes naturais.

Como resultado dessas discussões algumas propostas foram lançadas, dentre elas a máxima oriunda do movimento ambientalista na década de 1970 com a ideia de pensar globalmente e agir localmente. Tornou-se também uma prática constante a institucionalização, categorização e a normatização de áreas consideradas importantes pela sua relevância natural, proporcionando assim uma nova dinâmica nas relações entre as populações e as unidades de preservação e/ou conservação.

A criação de áreas naturais protegidas, institucionalmente descrevendo, é uma medida cautelar e ao mesmo tempo normativa de proporcionar as gerações futuras o direito a usufruir desses espaços. Na concepção de alguns autores a regulamentação e categorização dessas áreas, limitando (ou não) as formas de uso, exploração e/ou apropriação, configuram um processo de patrimonialização da natureza.

Nesse sentido, esta análise busca a reflexão sobre as percepções e as práticas de pequenas comunidades situadas no entorno da Serra do Cajueiro, Itabaiana, Sergipe, que faz parte do conjunto do Parque Nacional Serra de Itabaiana. Nesta perspectiva, tenta-se averiguar se o cotidiano das comunidades mostra-nos a percepção de conservação do bem/patrimônio, práticas destrutivas ou até mesmo ambas, pois “para valorizar o patrimônio, da humanidade ou da comunidade, natural e/ou cultural, faz-se necessário verificar as relações do patrimônio com a comunidade e com os fundamentos do desenvolvimento sustentável, privilegiando, sobretudo a dimensão endógena”. (RAMALHO FILHO, 1999: 16).

Entende-se que cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Segundo Faggionato (2005), a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo.

Para Tuan (1980), a leitura que os moradores têm do ambiente onde vivem difere da dos visitantes, pois estes conseguem apenas compor quadros, ao passo que as atitudes dos nativos inserem-se na complexidade de sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. Ou seja, os visitantes absorvem o momento, de acordo com a motivação que os conduziu até aquele lugar e os nativos impregnam a paisagem com seus valores, crenças, enfim, com sua cultura.

Acredita-se que a observação do cotidiano, através da análise e comparações entre o percebido e o vivido, contribui para essa averiguação a análise das percepções e das práticas dos diversos sujeitos envolvidos com a Serra do Cajueiro, quais sejam os habitantes, os visitantes, assim como o gestor responsável pela Unidade de Conservação.

A interdisciplinaridade desta pesquisa dá-se através das articulações envolvendo os campos que perpassam as diferentes disciplinas relacionadas ao contexto social, ambiental, cultural, espacial e político. As interações homem/natureza e/ou sociedade/meio ambiente fazem a interlocução de dois campos, tornando-os um só, o socioambiental. As relações socioambientais, por sua vez, são desenhadas ao longo da história através dos processos civilizatório, educacional, econômico evidenciando que a cultura é resultado dessas relações e associadas aos três fatores citados. A dimensão espacial e política fazem-se presentes e caminham juntas, pela necessidade de criação e efetivação de políticas que, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, regulamentem o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis através do conhecimento do espaço.

Desde 2000 foi efetivado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este foi concebido com o objetivo de ordenar as áreas protegidas nos níveis federais, estaduais e municipais, através da Lei 9985, de 18 de julho. Apesar desta pesquisa não ter como objetivo primordial analisar as relações a partir do viés jurídico ou de políticas públicas faz-se necessário contextualizar a situação legal do objeto a ser estudado.

Os Parques Nacionais são uma das categorias de áreas de proteção integral, “possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (MEDAUAR, 2006: 1041). Optou-se por trabalhar a Serra do Cajueiro pela carência de estudos dessa natureza envolvendo a mesma.

Nesse sentido, este estudo traz como problemática analisar quais as conjecturas, práticas, percepções e perspectivas, dos visitantes e de moradores do entorno em relação a Serra do Cajueiro, pois, apesar de ainda não possuir um plano de manejo, a Serra é (ou deveria ser) legalmente protegida de determinados usos diretos e de qualquer tipo de exploração devido à categoria na qual esta se insere, a de Parque Nacional.

Apesar do processo legal no qual está inserida e além da patrimonialização sob a perspectiva de políticas públicas problematiza-se também pela possibilidade de constatação que as percepções e as práticas dos usuários da Serra do Cajueiro poderão nos assegurar que a Serra é um patrimônio não só pela institucionalização legal, como também pelo sentimento de pertencimento, pelas relações cotidianas e/ou por outros fatores que possam surgir durante a pesquisa.

Para tal tomamos como questões norteadoras as seguintes indagações:

1. Quais as percepções dos moradores, visitantes e gestor em relação a Serra do Cajueiro?
2. As práticas dos moradores e visitantes condizem com as percepções relacionadas a Serra do Cajueiro?
3. O cotidiano dos moradores é definidor de sentimentos de pertencimento, construtor da Serra do Cajueiro como geossímbolo e de práticas voltadas à conservação dos bens da Serra?

Baseado na concepção de Bonnemaison (2002), os geossímbolos podem ser compreendidos como os elementos que compõe a paisagem (naturais ou culturais) e possuem significado ou relevância afetiva, para um indivíduo ou uma coletividade.

Assim delimitada por esses questionamentos acredita-se hipoteticamente que as práticas para com a Serra do Cajueiro não convergem com as ideias e com a percepção. Apesar de as populações locais e visitantes possuírem esclarecimento sobre a necessidade e importância de conservação dos bens naturais, as práticas cotidianas não demonstram preocupação com as gerações futuras.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção e as práticas dos moradores do Povoado Ribeira, dos visitantes e do gestor para com a Serra do Cajueiro, Itabaiana, Sergipe. Os objetivos específicos foram: i) levantar os bens naturais percebidos pelos moradores do Povoado Ribeira, visitantes da Serra do Cajueiro e do gestor responsável; ii) identificar as práticas voltadas para conservação do patrimônio; iii) caracterizar o cotidiano dos moradores e suas práticas em relação a Serra do Cajueiro; iv) avaliar a construção simbólica e/ou funcional da Serra do Cajueiro enquanto patrimônio;

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresentará a fundamentação teórica e está dividido em quatro itens. O primeiro deles apresenta algumas ideias de natureza, como a natureza é (foi) apreendida enquanto recurso e/ou bem natural. O segundo faz referência a patrimonialização dos recursos naturais do Estado de Sergipe. O terceiro item discorre sobre práticas e representações, sejam estas simbólicas ou funcionais que possibilitam a constituição de geossímbolos para com os bens naturais e o quarto tópico apresenta a paisagem como reflexo de ações do cotidiano e discorre, à luz dos autores, sobre as interferências e alterações provenientes das ações humanas.

No segundo capítulo é feita uma abordagem dos procedimentos metodológicos que foram utilizados para realização da pesquisa. Neste, são detalhados as técnicas, os instrumentos, porque cada um deles foi selecionado para ser aplicado e como contribuíram para obtenção dos resultados. No terceiro capítulo são esclarecidos os mecanismos de interpretação e análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta os resultados da investigação e a discussão dos mesmos à luz dos autores escolhidos. Os resultados são apresentados separadamente, inicialmente pelos dados coletados através da observação e seguidos dos resultados dos outros obtidos para cada categoria de sujeitos, as crianças, os moradores e os visitantes.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais, a análise dos resultados e as recomendações à respeito da temática. Os elementos pós-textuais, especificamente, os apêndices, possuem as matrizes e outros dados importantes para a construção das análises.

CAPÍTULO 1
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Patrimônio: da natureza aos bens naturais

A natureza é conhecida e conceituada, de forma simplória, como tudo que é constituído pelo natural. As diversas áreas do conhecimento compreendem e definem a natureza levando em consideração as noções básicas e as especificidades que cada área possui. O conceito de natureza, ao renovar-se, propõe uma maior amplitude em seu entendimento.

A natureza é apresentada, muitas vezes, de forma romântica, ou seja, associada a belas paisagens bucólicas e distantes dos seres humanos. Portanto, dentro dessa perspectiva, a natureza não faz parte do humano e o mesmo não é parte da natureza, conseqüentemente há um distanciamento da realidade do homem moderno quanto aos assuntos relacionados à natureza (BARBOSA, 2006). Nesse sentido, Paes-Luchiari et al (2007: 71) afirmam que:

Os significados dados a natureza pelas sociedades humanas têm sido diversos ao longo do tempo e no espaço geográfico. Para a sociedade ocidental, desde a antiguidade clássica a idéia de natureza vem sendo compreendida como algo separado, distinto do ser humano. Na idade média a natureza, como resultado da construção divina, não existia como uma racionalidade humana, mas como obra de algo ou de alguém distante do ser humano. O renascimento desperta a curiosidade e inicia a busca pela compreensão dos fenômenos que antes já eram vistos, mas não percebidos, pois a mágica do símbolo impedia a aceitação dos sentidos. A razão procura detalhar, codificar e decodificar a natureza. O positivismo cartesiano propõe a dissecação da natureza para sua classificação, síntese, domínio.

O debate sobre o conceito de natureza é bastante extenso, e inclui também aspectos filosóficos, religiosos e éticos. Bourg (1997:244) considera que "o conceito e/ou definição de natureza está diretamente ligado fatores culturais e que a grande contribuição do homem à natureza é a cultura".

Nesse sentido, percebe-se que as formas do homem apreciar, definir ou utilizar-se da natureza está diretamente ligado às suas crenças, seu modo de vida, sua cultura. No Japão, segundo Pons (1997:36):

O apego dos japoneses à natureza traduz-se igualmente em toda uma estética e de uma forma muito elaborada. Na literatura japonesa desde há vários séculos que o homem e a natureza possuem uma comunhão íntima. [...] uma

natureza que apreciam de terem feito dela o valor supremo da sua cultura, é uma dado desconhecido. Esta preocupação cultural de harmonia com a natureza, em conjugação com os estragos que o patrimônio natural sofreu, faz do Japão um caso singular.

As formas de colonização são (foram) fatores determinantes na relação do homem com a natureza, como foi o caso norte americano:

A idéia que homem americano encontrava na natureza uma fonte de experiências que transformava o seu ser não era nova. [...] Esta natureza selvagem é um símbolo do mal e anarquia, que expõe o crente às tentações que o levam para fora do caminho da fé. Compete ao homem reconquistar esta natureza selvagem e precaver-se dos seres que a habitam, se quiser ir para Deus. (CONAN 1997: 191)

O caso do Brasil remete-nos a uma reflexão sobre a natureza que perde a sua visão romantizada e ganha uma valoração mercantilizada, tornando-se recurso. Os primeiros escritos portugueses sobre a nação brasileira deixa evidente que, à época, para os nativos o que existia era natureza, para os que chegavam, e a mercantilizavam, era um recurso. Para Da Matta (1997:134):

A representação portuguesa da natureza é a da anedota: um cenário onde os encantos levam de vencida as dificuldades e onde a natureza e suas criaturas teriam sido criadas para o prazer a alegria do homem. [...] e que representasse através um rectângulo verde, englobando um losango amarelo que contém, por sua vez, um círculo azul onde figuram as constelações... Esse simbolismo naturalista apreendia toda a riqueza natural e a vontade de explorar.

Dessa forma, o significado da natureza não é o mesmo para grupos sociais de diferentes lugares e épocas na história (LENOBLE, 1969). A natureza é pensada, a partir de relações sociais. “Entre o sujeito e o objeto que se encontram em relação simbiótica, não há oposição. Aqui a percepção é mais emotiva do que fruto de uma construção abstrata.” (PONS, 1997: 36)

Ainda segundo Pons (1997: 47), “não existe uma natureza em si, existe apenas uma natureza pensada. A natureza em si, não passa de uma abstração, senão uma idéia de natureza que toma sentido radicalmente diferente segundo as épocas e os homens”.

Capra (1996) considera que a natureza é vista como uma teia interconexa de relações, na qual a identificação de padrões específicos como sendo ‘objetos’, depende do observador humano e do processo do conhecimento.

Gonçalves (2008: 23) complementa afirmando que “toda sociedade, toda cultura, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido o conceito de natureza não é natural sendo na verdade criado e instituído pelos homens.” É a cultura que diferencia o homem dos demais animais, e ela é civilizadora. O homem nasce num ambiente natural, mas simultaneamente num ambiente sociocultural. (MORIN, 1988)

Nessa linha de pensamento, Vargas (2008:59) coloca que o homem e a natureza devam ser apreendidas como partes de um processo de constituição de diferenças: “é em meio à destruição/criação que os ecossistemas (e nós inseridos nesta concepção) aparentam harmonia [...] Não é a estabilidade, é a aptidão para construir estabilidades novas; não é o regresso ao equilíbrio, é a aptidão à reorganização”, que deve ser o foco dos interesses, estudos e práticas.

Os diversos interesses dos homens em relação à natureza fazem com que esta possua novos significados e nomenclaturas. A expressão “recurso natural” é um exemplo disto, pois, o que faz a natureza deixar de ser natureza e tornar-se um recurso natural?

Segundo Portugal (1992) a palavra recurso significa algo a que se possa recorrer para a obtenção de alguma coisa. Para esse autor, o homem recorre aos recursos naturais, isto é, aqueles que estão na natureza, para satisfazer suas necessidades.

Para Art (1998) recurso pode ser um componente do ambiente que é utilizado por um organismo e qualquer coisa obtida do ambiente vivo e não vivo para preencher as necessidades e desejos humanos.

Estes, por serem a única espécie que dispõe da capacidade de pensar e entender a natureza, transformou e continua transformando seu meio ambiente (a natureza conhecida para o seu uso). A espécie humana acumulou experiência, conhecimento e organizou-se em sistemas sociais.

Assim, torna-se claro o limiar que distingue a natureza dos recursos naturais. O termo recurso natural está implicitamente ligado ao que pode ser útil aos indivíduos e às sociedades humanas, ou seja, o que distancia a natureza do recurso natural é o sentido utilitário.

Percebe-se que as concepções estabelecidas de natureza são as mais variadas e os valores e funções que esta possui são firmados de acordo com as relações e pelas formas de apropriação que os homens estabelecem. Vale ressaltar que além da funcionalidade empregada na natureza, existe também a apropriação afetiva, que pode fazer com que esta se constitua um bem natural, um patrimônio.

A noção de patrimônio advém etimologicamente da concepção de herança paterna. “Esse termo de línguas românticas deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à propriedade herdada do pai ou dos antepassados ou dos monumentos herdados das gerações anteriores.” (PELEGRINI, 2008:116)

O conceito de patrimônio, ao renovar-se, não se refere unicamente a bens culturais, abrange diversos sentidos como: patrimônio gastronômico, patrimônio genético, patrimônio natural (RAMALHO FILHO, 1999). “O patrimônio, por sua vez, é indissociável do meio ambiente. De forma simplista, o patrimônio material quando reconhecido, é tombado; o patrimônio imaterial registrado e o natural, preservado” (BONJARDIM, VARGAS, ALMEIDA, 2009: 10). Segundo Lemos (1981: 8) o mesmo está dividido em três categorias:

Primeiramente arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais que tornam o sítio habitável. Nessa categoria estão: os rios, a água desses rios, os peixes, a carne desses peixes, as cachoeiras e suas corredeiras que movem as turbinas... O segundo grupo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer. São elementos não tangíveis do patrimônio cultural e compreende toda capacidade do homem no seu meio ambiente. O terceiro grupo refere-se aos bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Relacionar patrimônio cultural e patrimônio natural é resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio. Nesse sentido, para Bonjardim, Vargas e Almeida (2009:5):

Bens patrimoniais não se restringem àqueles tombados, registrados, preservados, conservados, reconhecidos institucionalmente e, sim, a todo bem tomado como recurso fundante de uma cultura, e, por conseguinte, seu patrimônio.

Relacionar patrimônio cultural e patrimônio natural é resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio. Pode-se dizer que houve um desdobramento possibilitado a partir da importante ruptura histórica que reconhecia como passíveis de serem mantidos à posteridade apenas os feitos de heróis e das camadas dominantes. (ZANIRATO; RIBEIRO 2006)

1.2 Patrimonialização da natureza

A ideia de patrimônio comum da humanidade remetia a uma herança comum das coletividades. No século XIX essa ideia de fundar juridicamente o livre acesso às riquezas naturais dos países mais pobres e, a partir da segunda metade do século XX, passa também a legitimar os limites do crescimento que esses países deveriam adotar (ZANIRATO; RIBEIRO 2006).

No Brasil os primeiros parques naturais, assim como as primeiras leis de proteção à natureza surgem no mesmo período que a legislação de proteção ao patrimônio cultural, na década de 30 (DIEGUES, 2008)

Segundo Paes - Luchiari (2007) a patrimonialização da natureza está associada à criação dos primeiros parques nacionais, as leis de proteção à natureza e a legislação de proteção que surge no Brasil, na década de 1930. “Esse processo político e cultural, que elege paisagens como bens intangíveis ou tangíveis e que atribui às paisagens status de patrimônio imprime um novo valor as paisagens naturais tornadas culturais” (PAES-LUCHIARI, 2007: 27). Nesse sentido, entende-se que a conservação da natureza e a sua patrimonialização envolvem saberes, interesses e valores advindos das esferas políticas, econômica e sociocultural.

As paisagens são, muitas vezes, resultados da ação humana. “Assim a concepção de paisagem cultural representa o encontro – da natureza e da cultura, e a patrimonialização da natureza é a institucionalização desse processo em escala mundial.” (PAES-LUCHIARI, 2007:32)

Vale ressaltar, segundo Paes-Luchiari (2007:34), que “o que fundamenta a patrimonialização dos bens da natureza é uma razão social, seja ela voltada para sobrevivência biológica da espécie humana ou do seu universo simbólico”. Assim, o patrimônio representa tanto uma história longa, que se perpetuou no tempo, quanto uma história imediata, que dá sentido a vida social.

A patrimonialização da natureza tem funcionado, contraditoriamente, como a catalisadora de interesses de apropriação e uso das paisagens naturais selecionadas como excepcionais e, por isso mesmo, atrativas para o olhar turístico. Nesse sentido, inúmeras populações tradicionais que sustentavam sua reprodução econômica e cultural a partir do meio natural em que viviam foram destituídas de seus territórios. (PAES-LUCHIARI, 2007: 27)

Nesse sentido, Diegues e Nogara (2005) relaciona os efeitos sobre o estabelecimento das Unidades de Conservação para as comunidades locais, pois por um lado impede a apropriação desses espaços pela especulação imobiliária e a expropriação dos moradores, por outro lado cria uma superposição de espaços territoriais públicos em benefício da “conservação”, da “biodiversidade” ou dos “interesses nacionais”, usualmente confundidos com a necessidade de lazer das populações urbanas.

Baseada na concepção de Diegues torna-se claro as contradições que permeiam a patrimonialização dos recursos naturais no Brasil. Corroborando com a mesma ideia, Gomes et. al (2010) exemplifica relatando as divergências no caso de Sergipe:

A consolidação das Unidades de Conservação no Brasil não é uma tarefa simples, pois depende de inúmeros fatores nem sempre favoráveis à sua implantação. Em Sergipe, por exemplo, existem setores da sociedade, e do próprio poder público, que não compreendem a importância da criação dessas áreas protegidas. (GOMES, 2010:124)

Levando-se em consideração que a patrimonialização das áreas protegidas no Brasil e em Sergipe, modificam consideravelmente o espaço vivido das populações que residem no entorno desta, na maioria das vezes através de práticas com respaldo econômico, Gomes et. al (2010: 125) afirma que:

Das categorias de Unidades de Conservação criadas no estado de Sergipe, todas possuem potencialidades para a consolidação de programas de Educação Ambiental e mais especificamente para programas que possam integrar a comunidade local a programas de ecoturismo dentro ou no entorno dessas comunidades.

Faz-se necessário desvendar e advertir a população sobre os procedimentos para conservação dos bens (manutenção, conservação, restauração, uso e administração). Contudo, deve-se ambicionar algo mais, como por exemplo, irradiar o saber referente ao patrimônio por meio de agentes comunitários, professores do ensino fundamental, médio e universitário, propalando os significados dos bens culturais e naturais entre as comunidades (PELEGRINI; FUNARI 2008).

No Estado de Sergipe possuem registrados, em órgãos oficiais, quinze Unidades de Conservação. Melo & Souza (2009: 02) apresenta de forma detalhada cada uma delas:

Oficialmente o Estado possui 15 UCs. Na categoria de Proteção Integral encontram-se o Parque Nacional Serra de Itabaiana, a Reserva Biológica Santa Isabel, o Parque Municipal de Lagoa do Frio, o Parque Ecológico de Tramanday, o Monumento Natural da Grota do Angico, e o Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco. Já na de Uso Sustentável encontra-se uma Floresta Nacional do Ibura, cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs): a APA do Morro do Urubu, APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso, APA do Litoral Sul, APA do Litoral Norte e APA do Rio Sergipe, e três Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN): a de Fonte da Bica, a de Marinheiro e Pedra da Urça e a de Bom Jardim e Tapera. Essas Unidades foram criadas por Leis, Decretos e Portarias, sendo administradas pela esfera federal, estadual, municipal e por proprietários particulares no caso das RPPNs.

O Quadro 01 a seguir apresenta de forma sintética as Unidades de Conservação do Estado de Sergipe, suas categorias e localização.

Quadro 1.1: Unidades de Conservação de Sergipe.

Unidade	Gestão	Área (km ²)	Ato de Criação	Localização
Parque Nacional Serra de Itabaiana	Federal	80,3	Decreto nº 15/06/2005	Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda, Campo do Brito.
Reserva Biológica Santa Isabel	Federal	27,66	Decreto nº 96.999 20/10/1998	Pirambu e Pacatuba
Parque Natural Municipal de Lagoa do Frio	Municipal	-----	Decreto nº 041 23/10/2001	Canindé de São Francisco
Monumento Natural da Grota do Angico	Estadual	21,38	Decreto nº 24.922 21/12/2007	Poço Redondo, Canindé do São Francisco
Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco	Estadual	8,95	Decreto nº 24.944 26/12/2007	Capela
Floresta Nacional do Ibura	Federal	1,46	Decreto nº 19/09/2005	Nossa Senhora do Socorro
APA do Morro do Urubu	Estadual	2,14	Decreto nº 13.713 16/06/1993	Aracaju
APA do Litoral Norte	Estadual	473,12	Decreto nº 22.995 09/11/2004	Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande
APA do Litoral Sul	Estadual	522,33	Decreto nº 13.468 21/01/1993	Não define
APA da Foz do Rio Vaza Barris - Ilha do Paraíso e da Paz	Estadual	Não define	Lei nº 2795 de 30/03/1990	Não define
APA do Rio Sergipe	Estadual	---	Lei nº 2825 de 23/07/1990	Aracaju, Barra dos Coqueiros
RPPN Fonte da Bica	Particular	0,13	Portaria nº 99-N do Ibama de 14/09/1999	Areia Branca
RPPN Bom Jardim e Tapera	Particular	2,97	Portaria nº 102 do Ibama 2006	Santa Luzia do Itanhý
RPPN Marinheiro e Pedra da Urca	Particular	1,74	Portaria nº 4 do Ibama 10/01/2007	Santa Luzia do Itanhý

Fonte: Comes et al. (2010), com adaptações da autora.

1.3 Práticas e representações para com os bens naturais.

Enquanto muitos especialistas se dedicam a definir, classificar, medir, perceber, conhecer a natureza, outros buscam compreender suas origens, seus interesses, seus percursos, povoando-a de objetos, domesticando a natureza para observá-la. Ambos encontram na natureza um recurso à reflexão, não só sobre ela mesma, mas sobre a sociedade em que vivemos, suas motivações, suas representações, seus interesses. (PAES-LUCHIARI, 2007)

Nesse sentido “o espaço vivido é um espaço em movimento formado pela soma dos lugares e trajetos que são usuais num grupo ou individuo. Portanto trata-se de um espaço de reconhecimento e familiaridade ligado a vida cotidiana e ao comportamento social”. (BONNEMAISON, 2002: 110)

O habitat é o lugar em que se constrói e se define territorialidade de uma cultura. “A espacialidade de uma sociedade e de uma civilização, onde se constituem os sujeitos sociais que projetam o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando com suas significações e práticas, com seus sentidos, seus gostos, seus prazeres.” (LEFF, 2009: 283)

Seguindo perspectiva anterior, acredita-se que “em meio às contínuas transformações advindas da modernização, a defesa do meio ambiente e das tradições culturais dotada do sentido de afiançar a imortalidade dos signos da identidade nacional, cultural e ecológica, torna-se evidente.” (PELEGRINI, 2006: 121)

A cultura hoje tende a ser compreendida como uma vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma visão de mundo quem tem coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço. Para (BONNEMAISON, 2002: 86-92):

(...) a cultura é rica de significados porque é tida com um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual, ao problema do existir coletivamente num determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em cada geração” [...] “O papel central da cultura fica então afirmado o quanto o espaço é subjetivo. É em seu seio que se elabora, perpetua e soma as crenças, rituais, práticas que fundam uma cultura e permitem que os grupos se reproduzam.

Para Leff (2009: 283), “A cultura simboliza seu ambiente em mitos e rituais, reconhece seus recursos naturais, imprime significados às suas práticas de uso e transformação”. Assim, um lugar habitado e permeado de hábitos define os sentidos

existenciais que conduziram a (co) evolução das culturas de seu meio, através das formas de apropriação de seu ambiente. Todavia, as condições de existência das comunidades dependem da legitimação dos direitos de propriedade sobre seu patrimônio de recursos naturais, de seus direitos a preservar, sua identidade étnica e sua autonomia cultural, para definir seus processos de produção e seus etilos de vida.

Bonnemaison contribui afirmando que “a vida das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de história e símbolos. Não podemos afastá-las de seu território sem que isso pareça um etnocídio.” (2002: 108). Nesse sentido:

As práticas sociais legitimam o poder simbólico que elege as paisagens e os lugares atrativos, orientado pela distinção de oferta de recursos naturais e paisagísticos de cada região, mas também pelas estratégias de disputas na esfera do consumo de bens distintivos de classes. O homem é um produtor e consumidor de símbolos estruturadores de sua própria natureza social e cultural. (PAES-LUCHIARI, 2007: 41)

O simbolismo é composto por estas coisas ausentes ou impossíveis de perceber, a imagem simbólica é a transfiguração de uma representação concreta através de um sentido (FERRARA, 1987). Para Pelegrini, (2006:116), a população nativa guarda “nos recônditos da memória os elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive das paisagens naturais ou construídas”. Ora, “toda representação se faz através de signos. Um signo é aquele que representa algo para alguém; supõe, portanto, um objeto que é representado e um receptor a quem se dirige a representação” (FERRARA, 1987: 62). Nesse sentido Diegues (1995: 137) afirma que:

As comunidades têm também uma representação simbólica dos espaços que lhe fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e as condições materiais de sua reprodução social e simbólica. As ameaças, e a possibilidade de expulsão de seus territórios, traz inquietude às populações locais que traduzem seu descontentamento com uma sobre-exploração dos recursos naturais que consideram como pertencentes ao governo, à Polícia Federal, depois da implantação de áreas naturais protegidas.

Ferrara acrescenta que “as representações não são fixas. Signos, marcas, sinais, comunicam a representação, a sua organização, sua estrutura” (1987: 63). E, ao analisar as relações espaciais e suas representações no território, Haesbaert afirma a ocorrência da

“dimensão simbólica e da dimensão funcional, das formas contabilizáveis e das não-contabilizáveis do pensamento, o afetivo/emocional e o instrumental/racional estão sempre ligadas.” (1999: 176).

O significado do simbólico e do imaginário para compreensão das relações homem-natureza para Paes-Luchiari (1997) parte da discussão sobre a heterogeneidade do tempo, de acordo com as diferentes experiências, com a forma de vivenciar o tempo que se estrutura com forma, intensidade e finalidade variadas. Numa perspectiva ligada ao meio ambiente, Haesbaert (1999: 181) afirma que:

A definição de parques e reservas nacionais, tanto quanto uma questão ecológica transforma-se também, concomitantemente, numa questão cultural, carregados que estão de simbolismo na construção de uma identidade nacional, regional, local ou até mesmo mundial, no que se refere aos patrimônios da humanidade.

Nesta direção, Pelegrini e Funari (2008) apontam que o patrimônio cultural aproxima-se dos fazeres cotidianos e (re)valoriza as identidades locais. A identidade é entendida como a identificação com o local de acordo como contexto sociocultural do sujeito, no qual cada pessoa percebe seletivamente aquilo que lhe interessa que está habituado a observar (MACHADO, 1987). Nesse sentido, Bonnemaïson (2002:91) afirma que:

O espaço vivido constitui um primeiro movimento para uma interrogação mais central: o olhar do habitante. Os homens e suas paisagens existem efetivamente uma convivência secreta, da qual o discurso racional científico, dissecador e classificador não pode dar conta. A paisagem é ao mesmo tempo, o prolongamento e o reflexo de uma sociedade. A correspondência entre o homem e os lugares, entre a sociedade e sua paisagem esta carregada de afetividade e experiência do uma relação cultural no sentido amplo da palavra.

Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam nos lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se evidente um conjunto de signos e valores. (BONNEMAISON, 2002: 111).

A necessidade de estudar o fato simbólico dá-se sob pena de alienação das realidades locais. No âmbito do patrimônio, o restabelecimento da acepção da cultura como todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência, provocou ampliação do seu conceito. (PELEGRINI, 2006)

1.4 Paisagem: reflexo do cotidiano

O conceito de paisagem renova-se constantemente. Este, romantizado, esteve por muito tempo associado à ideia de natureza, ou seja, paisagem constituía-se pelos elementos naturais do planeta. Esta noção foi revista, renovada, e com o amadurecimento do seu conceito, Kelting (2011: 13) afirma que:

A paisagem é resultante da interação direta entre os quatro elementos da natureza – energia, ar, água e terra – e os seres bióticos, inclusive o homem. A paisagem é formada pelas ações e relações constantes do homem, desde o seu nascimento até a morte, com o espaço natural.

Vale ressaltar que, apesar de natureza e paisagem possuírem conceitos, compreensões, diferenciadas, as formas de uso, utilização e/ou exploração da natureza interferem na paisagem, dando-lhe novas “fisionomias”. Paes-Luchiari (2001: 12) afirma que “as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas independentemente das práticas sociais”.

Para Fontes; Agra; Santana (2009: 32) “a paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social.”

Nesse sentido, a paisagem é resultado das relações estabelecidas no cotidiano de uma comunidade e também de como a paisagem é compreendida e apreendida pelas pessoas que dela se utilizam. Carlos corroborando da mesma ideia afirma que “a paisagem é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história” (1999: 28).

Baseando-se na concepção anterior, “a paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao meio” (PAES-LUCHIARI, 2001: 15). Para alguns autores, a exemplo de Emídio e Coimbra (2006), quando um ambiente, uma paisagem ou um patrimônio natural sofrem interferências humanas estes passam a ser tratados como paisagens culturais.

Os hábitos cotidianos, as práticas rotineiras, os costumes de uma população seriam o elemento que, agindo sobre o meio natural, resulta na paisagem cultural. “Essa separação entre paisagem natural e paisagem cultural explica que o homem atua sobre a natureza e tem a capacidade de transformá-la” (FONTES; AGRA; SANTANA, 2009)

Além dos aspectos físicos e culturais, Collot (1990) em sua obra apresenta a paisagem sob a perspectiva do espaço percebido, não só pela percepção visual, mas relacionando-a com sensações, com experiências vividas em determinado espaço, alcançando inclusive a esfera afetiva. Dentro da mesma perspectiva, Kelting afirma que:

Temos a capacidade de captar informações da paisagem pela percepção ou pela vivência. Essas duas maneiras de compreender as interconexões humanas na paisagem levam-nos a trilhar caminhos que ultrapassam o visível, pois sua investigação esta na organização das sociedades, em sua história, na sua relação com a fonte de vida (2011: 26).

Ainda relacionando a formação/constituição da paisagem através de práticas que ao longo do tempo transformam a natureza e dão sentido ao lugar para aqueles que os habita e participa cotidianamente da consolidação dessas “novas paisagens”, Carlos afirma que:

No plano do vivido, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação do tempo. Significa para quem aí mora olhar a paisagem e saber tudo de cor porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (1999: 29).

Para Kelting (2011) a apreensão da paisagem pela sociedade consiste numa simultânea correlação. A ligação e a identificação se estabelecem mediante símbolos, ícones – natural ou artificial – que passam a ser determinados como elementos da paisagem.

A paisagem também virou produto por setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos são apropriados, privativamente ou não, são utilizadas como áreas de lazer para quem pode (quer) fazer uso delas (CARLOS, 1999). Nesse sentido, “A paisagem e o patrimônio ambiental, urbano ou não, são naturalmente matéria prima do turismo, mas, antes disso, eles se inserem no mesmo cotidiano das populações”. (YÁZIGI, 1999: 10)

O lazer na sociedade moderna também muda de sentido, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transforma em mercadoria. Tal fato significa que o lazer se torna uma nova necessidade (CARLOS, 1999) No entanto, as formas de se alcançar esse lazer, são questionáveis.

Para Kelting (2011: 21), “capacidade de criação e destruição da natureza a qual os seres humanos adquiriram pode sem dúvida nenhuma trazer benefícios para a humanidade,” ao mesmo tempo que “as marcas nas paisagens podemos entender melhor a história dos lugares, reconhecendo o que mudou no decorrer do tempo e vislumbrando traços de épocas passadas e de futuras renovações.” (FONTES; AGRA; SANTANA, 2009: 30)

Essas marcas, alterações, registros, na maioria das situações revelam a falta de respeito dos usuários em relação à paisagem. O vandalismo pode ser citado como um exemplo negativo resultado da mercantilização da paisagem:

Entende-se hoje, pelo termo infamante de ‘vandalismo’. Não somente a destruição de monumentos que possuem um caráter artístico ou aos quais se ligam lembranças históricas que os enobrecem, mas a alteração de suas ambiências, seu deslocamento, sua restauração excessiva. Além disso, a destruição de sítios naturais é considerado como um ato de vandalismo com igual peso que a destruição de monumentos feitos pelas mãos dos homens.” (YÁZIGI, 1999: 134)

Ao defender a preservação da paisagem deve-se considerar sua importância para o habitante do lugar, para aqueles que em seu cotidiano utilizam-se desses espaços para diversos fins. Nesse contexto Yázigi (1999: 133) afirma que “não seria um vandalismo, mas um ato de sobrevivência, mesmo porque naqueles tempos não se tinha muito consciência da questão em discussão”. Nesse sentido, o mesmo autor (re)afirma que se deve levar em consideração a(s) forma(s) que as relações são/foram estabelecidas ao longo do tempo.

É que para o residente do local, a paisagem é virtualmente conclamada a desempenhar varias funções, entre as quais; a de espaço mediador para a vida e as coisas acontecerem – não o de receptáculo, mas o de permanente transformação; a de referencias múltiplas, geográficas, psicológicas (lúdicas, afetivas...), informativas; a fonte de contemplação que, como a arte, pode significar um contraponto ao consumo; a de fonte de inspiração e, sobretudo, a de alimento à memória social, através de todas as suas marcas. Em suma, a paisagem, como parte visível, pode ser o ato consequente, da ideia de lugar que tanto se defende. (1999:137)

Assim, a paisagem não pode apenas ser vista enquanto um cenário para o turista, visitante, ou para aqueles que têm interesse de “consumi-la”. Ela é a essência cotidiana dos habitantes que possuem suas vidas, constroem seus costumes atrelados a essas paisagens do meio em que habitam.

Sem pretensões de generalizar, especialmente quando não se possui fundamentações pertinentes, Yázigi (1999: 140) acredita que “os vândalos são seres de nosso cotidiano, os eleitos das três esferas de governo, os administradores privados, nossos familiares, amigos, vizinhos, correligionários... e quem sabe nós mesmos”.

Dentro desse contexto vale repensar as formas de apropriação e quais as relações que são estabelecidas em nosso cotidiano que contribuem para as diversas modificações na paisagem, que em sua maioria são imperceptíveis aos olhos dos seres humanos, autores e atores das transformações, conscientes ou não, dos ambientes que habitamos.

CAPÍTULO 2
METODOLOGIA

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

2.1 Delimitações e caracterização da área de estudo

A Serra do Cajueiro situa-se na região agreste do Estado de Sergipe entre os municípios de Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Laranjeiras e Itaporanga D’ajuda e dista aproximadamente 60 km da capital. A Serra do Cajueiro é conhecida e visitada por fazer parte do conjunto das serras que compõem o Parque Nacional Serra de Itabaiana, instituído em 15 de junho de 2005.

Através de pesquisa realizada nesta Unidade de Conservação, Dantas e Ribeiro (2010), afirmam que PARNA Serra de Itabaiana é caracterizado por nove tipos de floras específicas da região, agrupadas em três tipos de formações: formações florestais (com fisionomias de matas primárias ou secundárias); formações abertas naturais (Areias Brancas e campos gramíneos úmidos ou secos) e formações abertas antropizadas (solos expostos, capoeira e plantações e/ou com retirada de solo).

No que se refere às ações antrópicas, Sobral *et al.* (2007) afirmam que a degradação ambiental do Parque acontece por motivos variados: queimadas, mineração (retirada de argila, areia, rochas), extração de madeira e lenha e o acúmulo de lixo assim como o uso constante e desordenado das trilhas pelos frequentadores são os impactos mais evidenciados.

Tal como a Serra de Itabaiana, a Serra do Cajueiro também abriga características naturais e belezas paisagísticas ao ponto de distingui-la nominalmente, torná-la conhecida, atrativa e frequentada por pessoas com finalidades distintas. Nesse sentido, o fluxo de visitação na Serra do Cajueiro, aos finais de semana, equipara-se ao fluxo da área do Parque Nacional correspondente à Serra de Itabaiana.

A Serra do Cajueiro engloba também em suas características físicas e geológicas seu potencial hídrico. Para Gomes *et al.* (2010: 134) “é uma importante região de fornecimento de água pura para as comunidades do entorno e da capital do Estado, contribuindo diretamente

Na figura 2.1 apresenta-se a imagem do PARNASI e a Serra do Cajueiro está destacada pelo contorno pontilhado e pela indicação da seta. Evidenciam-se também os municípios de Itabaiana, Campo do Brito e Areia Branca, assim como a BR 235 que corta o PARNASI. No mapa situa-se também o Povoado Ribeira, no entorno da Serra do Cajueiro. Do topo da Serra de Itabaiana, é possível visualizar o conjunto de serras que formam um grande círculo na paisagem, abrangendo vários municípios de Sergipe.

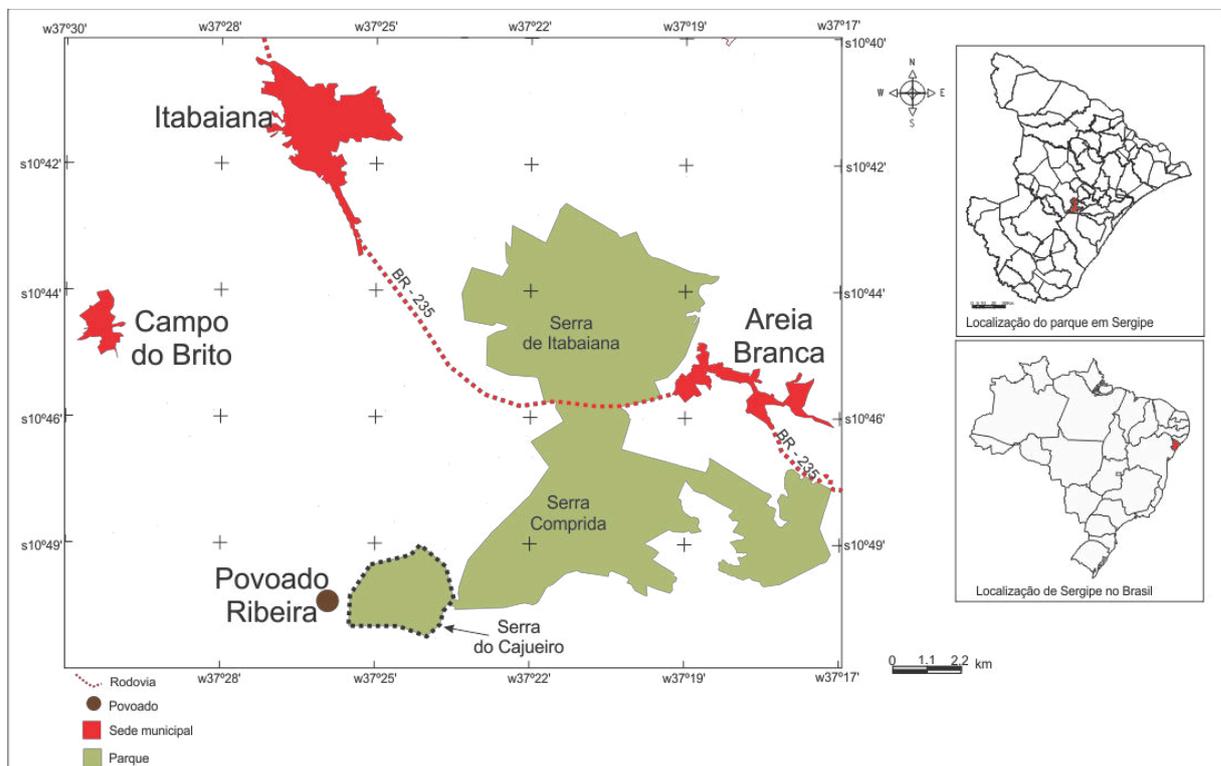


Figura 2.1: Parque Nacional Serra de Itabaiana.

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos, 2011.

Organização: Rodrigo Santos Lima, 2013.

Existem no entorno do PARNA algumas comunidades cujos moradores utilizam-se direta ou indiretamente dos recursos naturais que a(s) Serra(s) dispõem. Vários povoados situam-se no entorno da Serra do Cajueiro: Cajaíba, Mangueira, Mangabeira, São José, Cajueiro e Ribeira, este último de mais fácil acesso e por este motivo, selecionados para o processo investigativo deste estudo será realizado no Povoado Ribeira pela maior proximidade deste com o objeto.

em meados de 1940, e foi o primeiro oficial do município de Itabaiana. Esse surgimento deu-se pelo comércio que acontecia em volta de uma feira livre organizada por trabalhadores de engenhos de açúcar que existiam nas proximidades. O povoado é bastante conhecido e muito visitado pelo fato de ser a possibilidade de mais fácil acesso à Serra do Cajueiro e, por esse motivo a população residente, majoritariamente pequenos agricultores recebem visitantes nos finais de semana que usufruem dos atrativos da Serra para lazer, utilizando o espaço físico e social do povoado como apoio.

Segundo informações obtidas através dos dados do Posto de Saúde, o povoado Ribeira possui 189 casas. Destas vinte e uma são casas vazias, trinta e uma estão fechadas e vinte e quatro são de veraneio. As vazias e fechadas são de moradores que foram estabelecer residência em outros povoados, municípios ou estados. Vale ressaltar que dezesseis das residências ainda são de taipa e duas foram construídas com material reaproveitado. As imagens a seguir apresentam as duas praças do Povoado, ambas a com a Serra do Cajueiro ao fundo.



Figuras: 2.2 e 2.3: Praças do Povoado Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

No que se refere à infraestrutura o povoado possui energia elétrica e água encanada, mas algumas residências ainda não possuem os recursos disponíveis. A captação, armazenamento e distribuição de água é feita no próprio povoado pela DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe) através da barragem da Ribeira que acumula água das nascentes da Serra do Cajueiro.

O Povoado Ribeira possuía em 2010, 328 habitantes, quantitativo esse que não sofreu grandes alterações (IBGE, 2010). Os moradores que trabalham na lavoura sobrevivem basicamente da agricultura de mandioca, algodão, milho, feijão, abóbora e feijão. Antigamente

ele era conhecido pela produção em grande escala desses produtos, fazendo com que outras pessoas se deslocassem para consumi-los. Outros moradores são funcionários da prefeitura e grande parte dos idosos é aposentada (SILVA, 2006)

2.2 Toponímias dos elementos naturais

O termo toponímia é oriundo do grego topo que significa “lugar” e ónyma por ónoma que significa “nome”. Então o significado da palavra toponímia é: designação ou origem do nome do lugar.

Esse tópico fez-se necessário pela denominação diferenciada que os elementos naturais que constituem esta pesquisa possuem. Para obter informações sobre a origem das nomenclaturas e inclusive quem as denominou, fez-se um levantamento com os moradores mais antigos do Povoado.

Após conversar com os quatro moradores mais idosos do povoado, com idade variante entre 89 e 97 anos, constatou-se que as denominações são tão antigas que nem a longevidade destes foi capaz de informar como, quando e quem os “batizou”. Os colaboradores acreditam que a própria população de tempos mais remotos, baseada em suas características mais evidentes, os nomeou e assim foi perpetuado.

A Serra do Cajueiro, segundo informações obtidas no órgão responsável, ICMBio, foi assim denominada porque o acesso oficial à Serra é feito pelo povoado Cajueiro. Apesar de a região possuir bastantes cajueiros esse não é o motivo real da denominação.

O povoado foi denominado Ribeira por estar situado próximo a vários riachos. Ribeira significa à beira de rio; terreno banhado por rio. Um dos riachos da Serra chama-se Ribeira, este faz referência ao nome do Povoado, pois é um dos riachos mais utilizados pela população.



Figuras 2.4 e 2.5: Leito do Riacho Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

O Riacho do Pilão acredita-se que foi assim denominado porque um dos poços possui características bem semelhantes à de um pilão, arredondado e com o fundo escurecido. Este atrativo/bem é composto por quatro poções sobrepostos que formam uma cachoeira em forma de cascata. As imagens abaixo mostram o Riacho Pilão e a cachoeira do Pilão.



Figuras 2.6: Riacho Pilão. Figura 2.7: Cachoeira do Pilão.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

A última denominação refere-se aos Poções, mais conhecidos por Poções da Ribeira. Como o próprio nome sugere, os Poções são formados por dois grandes lagos de profundidade desconhecida. Diferente dos outros ambientes citados anteriormente, estes lagos não possuem as águas claras, límpidas, no entanto é um dos mais visitados pela beleza paisagística do riacho como também da geologia do local.



Figuras 2.8 e 2.9: Vista do Riacho “Poções da Ribeira”.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2012.

2.3 Tipos e procedimentos da pesquisa

A pesquisa qualitativa segundo Gil (1996) é caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados. Esta pesquisa, em sua abordagem, põe em relevo a percepção do sujeito. Segundo Coimbra (2004:559):

Percepção é um substantivo que se aplica ao ato, ao processo de perceber, assim como resultado de suas ações. Perceber, por seu turno, vem da língua latina: percipere (per = bem, como intensidade + cápere = apanhar, pegar, captar). Nesse sentido, perceber um fato, um fenômeno ou uma realidade, significa captá-los bem, dar-se conta deles com alguma profundidade.

Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem de um lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói

em torno de si. Neste sentido, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura da produção discursiva, artística, arquitetônica de uma comunidade.

Segundo Marconi e Lakatos (2009), a presente pesquisa enquadra-se em um estudo exploratório-descritivo já que descreve completamente determinado fenômeno através de análises empíricas, teóricas, como também da observação.

O estudo tem caráter exploratório-descritivo, na medida em que tem por objetivo descrever determinado fenômeno como acumular informações detalhadas obtidas por intermédio da observação participativa (MARCONI e LAKATOS, 2009).

As pesquisas exploratórias possuem como finalidades o desenvolvimento, o esclarecimento de ideias com vistas à formulação de hipóteses e problemas mais precisos, tornando-os passíveis de investigação mediante procedimentos melhor sistematizados, sendo muito adotada em estudos pouco explorados, assumindo na maioria das vezes a forma de pesquisa bibliográfica e de campo (DENKER, 2001 e GIL, 1996).

Este estudo é também descritivo, porque objetiva conhecer a comunidade, seus valores, seus meios de vida, ou seja, almeja uma descrição determinada da realidade. “A pesquisa descritiva se propõe a descrever aspectos gerais e amplos dos fenômenos, ou seja, observar, registrar, classificar, analisar e interpretar os fenômenos observados e/ou estabelecer relações entre as variáveis.” (GIL, 1996: 45).

Para o desenvolvimento desta pesquisa os dados foram coletados em âmbito formal, informal e nos órgãos públicos. Tendo em vista que esse trabalho enquadra-se em um estudo exploratório-descritivo, a obtenção de dados deu-se através de três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa documental baseia-se em materiais escritos ainda não elaborados cientificamente, ou que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa e serviram de fonte de informações. Esses materiais são obtidos em órgãos e instituições públicas, privadas, documentos particulares dentre outros (MARCONI e LAKATOS, 2009).

Para este trabalho, a pesquisa documental deu-se por documentos escritos (atas, planos, leis, agendas, decretos...) e não escritos (fotografias, mapas, etc.). Dentre os documentos escritos citam-se o Plano Diretor do município de Itabaiana, legislação ambiental, mapas do Parque Nacional Serra de Itabaiana e fotografias da localidade.

A pesquisa bibliográfica tem o objetivo de levantar a bibliografia publicada relacionada ao assunto em estudo, faz parte de quase todas as pesquisas, porém, há aquelas que se desenvolvem quase que exclusivamente a partir desse tipo de pesquisa, como a maioria dos estudos exploratórios (GIL, 1996).

Fontes secundárias também foram utilizadas. A exemplo de consultas em livros, revistas, monografias, teses, artigos científicos e documentários orais a fim de fundamentar conceitos e permitir uma melhor exploração sobre o assunto abordado.

A pesquisa de campo ocorreu através da observação da paisagem, e para isso, foram utilizados alguns critérios de observação, como: conhecer a rotina da comunidade, identificar as fontes de renda da população, e perceber os principais elementos que norteiam o cotidiano dos moradores do Povoado Ribeira, principalmente as ações que estão relacionadas com a Serra do Cajueiro.

“A pesquisa de campo é utilizada na coleta de informações e/ou conhecimentos sobre o problema de pesquisa para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se quer comprovar” (MARCONI e LAKATOS, 2005: 188).

Para coleta de informações utilizou-se as técnicas de observação e as entrevistas. Os instrumentos utilizados foram o desenho, tecnicamente denominado por alguns autores de mapas mentais, e entrevistas semiestruturadas, em âmbito formal e informal, respectivamente. As análises dos dados deram-se pela leitura do conteúdo buscando interpretar, ao final, o que é percebido e praticado. Os critérios de observação, a sistematização das ações, os instrumentos utilizados, assim como a análise dos dados serão detalhados a seguir.

2.4 Técnicas e instrumentos da pesquisa

Os procedimentos técnicos adotados para realização desta pesquisa foram à observação e a entrevista. Segundo Marconi e Lakatos (2009) quando estas duas técnicas são utilizadas simultaneamente, esta pesquisa enquadra-se na técnica da observação direta intensiva. Empiricamente, os dados foram coletados inicialmente, através da observação simples e da observação participativa passiva.

A observação, segundo Gil (1996) é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano, podendo ser utilizada como procedimento científico. Nesse sentido, constitui um elemento fundamental e imprescindível durante o processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que sua função torna-se mais evidente, podendo estar presente em vários momentos da pesquisa, chegando a ser considerada como método de investigação.

A observação simples consiste em observar os fatos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver ou ouvir, mas em relacionar os fatos averiguados com o objeto em questão. A observação simples foi iniciada pela pesquisadora com o intuito de conhecer o cotidiano da comunidade e suas relações com o patrimônio em questão, a Serra do Cajueiro.

Na perspectiva de aprimorar o que foi percebido com a observação simples, como também na execução de outros trabalhos nesta comunidade, buscou-se desempenhar o papel destacado por Brandão (1999) para aqueles que se envolvem com a observação participativa passiva. A pesquisadora fez-se presente na(s) cena(s) da(s) práticas diárias que envolvem os bens naturais, mas não participou das mesmas, buscando interagir o mínimo possível com os atores envolvidos. Atuou na posição de espectadora.

Nesse sentido, durante os seis primeiros meses de 2012, de janeiro a junho, a pesquisadora dedicou uma semana por mês e estabeleceu-se em dias contínuos no Povoado para dedicar-se à observação em campo, a fim de diagnosticar as práticas dos moradores do Povoado Ribeira e dos visitantes da Serra do Cajueiro, atendendo assim o que está proposto no terceiro objetivo específico. Através da observação foi formado o universo de sujeitos a serem entrevistados posteriormente, para que as práticas destes, já identificadas anteriormente, sejam relacionadas com as percepções.

A outra técnica utilizada foi a entrevista. Segundo Alencar (1999: 106), “a entrevista é um método de coleta de informações mais utilizado nas pesquisas sociais.” A entrevista pode ser realizada pessoalmente, telefone, ou por mensagens enviadas pelo correio (eletrônico). Embora possa acontecer em encontros casuais é interessante que a entrevista seja planejada, programada. Ela pode ser empregada como instrumento principal de um estudo ou combinada com outras técnicas e está diretamente relacionada com métodos da história oral, história de vida e com a observação. (ALENCAR, 1999)

A entrevista semiestruturada é formada por questões abertas. Neste caso, as questões são padronizadas, mas, as respostas ficam a critério do entrevistado. A vantagem desse tipo de instrumento é permitir que o entrevistado manifeste suas opiniões, seus pontos de vista e seus argumentos. (ALENCAR, 1999)

Segundo Marconi e Lakatos (2009: 199) “com a utilização da entrevista semiestruturada o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, podendo explorar amplamente a questão”.

Através destas almejou-se identificar a percepção dos moradores e visitantes sobre o bem/patrimônio Serra do Cajueiro, proporcionando uma leitura da paisagem, caracterizando as práticas realizadas pelos grupos distintos (moradores e visitantes) como também identificar se os sujeitos demonstram preocupação com a conservação do patrimônio em questão.

Pretendeu-se também identificar os geossímbolos, representações, se existe uma relação de pertencimento e se essas relações são (foram) construídas de forma simbólica ou funcional. O roteiro de entrevista dos sujeitos é essencialmente o mesmo, mas a dos visitantes possuem algumas ampliações no que se refere às motivações de visitação, a frequência, a importância de conservação do patrimônio em questão.

As entrevistas foram realizadas com moradores do Povoado Ribeira, visitantes que usam da Serra do Cajueiro e com o gestor do PARNA Serra de Itabaiana, que atua na posição de sujeito responsável pela conservação da área, ou seja, o ICMBio.

Para coleta de dados também utilizamos desenhos (mapas mentais) com as crianças residentes do povoado. Pretendeu-se utilizar deste instrumento com os alunos do quarto, quinto e sexto ano da Escola Rural Eugênia Lima, única do povoado.

Com a utilização deste instrumento, objetivou-se conhecer a percepção das crianças (indivíduos) sobre lugar onde estão inseridos. O mapa mental é conceituado por Tuan (1980)

como uma imagem simbolizada da realidade, representando feitos ou características selecionadas, que resultam do esforço criativo da escolha do seu autor e que são desenhados para o uso em que relações de relevância espacial. Tuan (1980) também denomina os mapas mentais como mapas reais, pois em sua abordagem o autor acredita que os mesmos são meios de estruturar e armazenar.

Segundo Kosel (2008), os mapas mentais são uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais e os estudantes os agentes que as referendam. E, para Seemann (2003), os mapas mentais não devem ser vistos como produtos cartográficos, mas como formas de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos ambientais.

Nesse sentido, através da produção dos desenhos pretende-se conhecer as percepções dos alunos em relação ao seu entorno buscando identificar, principalmente, se a Serra do Cajueiro constitui um geossímbolo para eles e, conseqüentemente, para a comunidade.

Geossímbolo é definido por Bonnemaïson (2002: 109) “como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” e, nesta pesquisa busca-se seu entendimento como elemento que compõe a paisagem, seja natural ou cultural, mas, sobretudo, de relevância simbólica e/ou afetiva para um indivíduo ou a coletividade do povoado.

Para o desenvolvimento das atividades que resultaram na produção dos mapas mentais, a pesquisadora visitou a escola para apresentar a projeto. A partir disto o planejamento das atividades foi feito de acordo com a disponibilidade dos alunos durante a semana. Para execução desta etapa do trabalho, a pesquisadora e agendar os melhores dias e horários para que as atividades acontecessem.

Realizou-se dois contatos com a escola, o primeiro para definir data, horários, as turmas, conhecer os alunos, tratar de questões burocráticas, apresentar o projeto. O segundo contato foi para desenvolver as atividades. Vale ressaltar, que todo o material (papel, lápis coloridos, material impresso, etc.) necessário foi disponibilizado pela pesquisadora para o desenvolvimento das atividades.

Além da coleta de informações em campo, também foi realizada entrevista com o gestor do PARNASI. Com a realização desta objetivou-se averiguar se existem, ou se já

existiram, atividades de sensibilização nas escolas e/ou com os moradores em relação ao patrimônio Serra do Cajueiro, como o gestor percebe e caracteriza a Serra do Cajueiro e se já foi realizado, pelo ICMBio, trabalho(s) de conscientização com os usuários dos recursos da Serra.

A entrevista, tendo como foco a percepção do entrevistado e os mapas mentais balizaram o instrumental de campo, sabendo que, no nível de atitudes e preferências de um grupo, é necessário conhecer a história cultural e a sua experiência no contexto do ambiente físico (TUAN, 1980).

2.5 Conhecendo o universo e definindo as amostras

Para o desenvolvimento coerente e eficaz da pesquisa, principalmente quando esta envolve personagens (sujeitos) para sua construção, fez-se necessário definir quantos, quais e por que determinados indivíduos devem participar deste processo de construção. Outro processo possível consiste então em consultar um grupo de pessoas, que constituem uma amostra.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), existem duas grandes divisões no processo de amostragem (determinação da amostra a ser pesquisada): a probabilística e a não probabilística. A amostragem probabilística parte do princípio que cada elemento do universo ou população possui uma probabilidade específica de ser selecionado para compor a amostra. Na amostragem não probabilística, não se pode especificar as chances que cada elemento possui de ser escolhido para a amostra (MARCONI e LAKATOS, 2009).

Em âmbito formal, a coleta de dados foi realizada na Escola Rural Eugênia Lima, situada no Povoado Ribeira, esta possui um universo de 76 alunos que cursam do primeiro ao sexto ano do ensino fundamental. Nesta, o ensino é multiseriado por uma deficiência na estrutura física da escola que dispõe apenas de duas salas.

Os alunos do segundo e do terceiro ano compartilham o mesmo espaço no período da manhã e a situação é semelhante com os estudantes do quarto e do quinto. As aulas do sexto ano acontecem alguns dias da semana no período matutino e nos demais no vespertino. Assim, considerando a estrutura da escola e o instrumental de mapa mental, optou-se em desenvolver as atividades apenas com os alunos do quarto, quinto e sexto ano.

Estes estudantes formam um grupo de trinta e três alunos e estão na faixa etária de nove a catorze anos. Como está previsto para que todos dessa turma participem do processo, a amostra, em meio formal, é de aproximadamente 50% do universo. Nesse sentido, dentro das circunstâncias que a escola oferece, do tempo que a pesquisadora dispõe e de a amostra escolhida aproximar-se de 50% do universo, acredita-se que os resultados obtidos com esta população refletem representativamente o todo.

No âmbito informal, como o universo da pesquisa era desconhecido, utilizou-se a amostragem não probabilística, para selecionar os moradores do Povoado Ribeira, assim como os visitantes da Serra do Cajueiro para serem entrevistados. A amostragem não probabilística é um método em que a probabilidade de escolher os elementos do universo é desconhecida. (ALENCAR, 1999)

Amostragens intencionais, segundo Marconi e Lakatos (2009), enquadram-se aqui os diversos casos em que o pesquisador, deliberadamente, escolhe certos elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos bem representativos para a pesquisa que está sendo realizada.

Nesse sentido, no que se refere aos moradores do Povoado, o universo foi constituído pela técnica da observação passiva. O universo dos sujeitos que se utilizam da Serra do Cajueiro, em seu cotidiano, foi consideravelmente pequeno, apenas catorze moradores, por isso optou-se por entrevistar todos os sujeitos identificados, como foi proposto no projeto inicial. Se o universo não ultrapassasse o quantitativo de vinte pessoas, a pesquisadora entrevistaria todos eles, o que ocorreu.

Em relação aos visitantes da Serra utilizou-se uma amostragem de conveniência, nesta segundo Alencar (1999) os indivíduos serão escolhidos simplesmente por serem (estarem) mais acessíveis ou então por serem mais fáceis de serem avaliados. Levando-se em consideração que a pesquisadora não conhecia o fluxo de visitação, a intensidade, bem como a frequência desta, a amostra de conveniência foi a que mais se enquadrava para selecionar os sujeitos (visitantes) para participarem da pesquisa.

Durante as seis semanas de observação e aplicação de entrevistas, foram contatados trinta e sete visitantes, frequentadores dos diversos espaços que constituem a Serra do Cajueiro. As entrevistas eram efetuadas no próprio ambiente de visitação. Os critérios de seleção foram: estarem acessíveis, disposição (boa vontade) para contribuir com a pesquisa e não estar visitando o local pela primeira vez.

CAPÍTULO 3
INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

CAPÍTULO 3: INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada, essencialmente, pela avaliação do conteúdo de todo material produzido. A análise do conteúdo (qualitativos ou não), segundo Bardin (1977) é designada como um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores e conhecimentos relativos às condições de produção/recepção desta mensagem.

Dentro desse contexto, a análise foi feita, inicialmente, pelos desenhos (mapas mentais) que foram produzidos em âmbito formal e posteriormente pelas entrevistas com moradores do entorno, visitantes da Serra do Cajueiro e do gestor da UC.

3.1 Interpretação e análise dos mapas mentais

No que se refere aos desenhos produzidos pelos estudantes a interpretação e análise utilizaram os procedimentos da “Metodologia Kosel” (2008), para interpretação das imagens. Esta metodologia adequa-se para ser aplicada nessa pesquisa pelas similaridades do que se investiga: a percepção dos estudantes locais sobre seu lugar e sobre a Serra do Cajueiro.

Através dos procedimentos expostos por Kosel foi possível decodificar as informações contidas nos desenhos elaborados pelas crianças identificando suas representações e significado. Como critério para abstrair os principais elementos, utilizamos os seguintes quesitos: 1-Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem (como ícones diversos, letras, mapas, linhas, figuras geométricas etc); 2-Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem (as formas podem aparecer dispostas horizontalmente, de forma isolada, dispersa, em quadros em perspectiva etc.); 3-Interpretação quanto à especificidade dos ícones. (KOSEL, 2008)

O primeiro e o segundo itens apresentados anteriormente referem-se aos diversos ícones e a suas especificidades. Segundo Kosel (2008), os ícones para serem interpretados precisam ser identificados e separados. “A categorização será feita distinguindo-se os elementos da paisagem natural, os elementos da paisagem construída, como também as dos elementos móveis e dos elementos humanos.” (KOSEL, 2008: 9)

Durante a decodificação dos ícones (elementos) foram observados os aspectos que fazem referência com a Serra do Cajueiro. Para facilitar a interpretações dos dados, os alunos que fizeram referência em seus desenhos ao objeto em questão foram convidados a explicarem suas produções. Através dos relatos dos alunos sobre o que foi produzido e representado buscou-se compreender as relações existentes e a construção destas relações, de forma simbólica e/ou funcional.

Dos trinta e três desenhos produzidos foram selecionados cinco destes para serem expostos nos resultados. As imagens foram escolhidas buscando contemplar os elementos e conteúdo diferenciado de cada uma delas. Para análise dos desenhos também foram levados em consideração as falas (ou a interpretação) dos alunos sobre o que eles produziram.

Assim, os desenhos foram interpretados com a identificação dos elementos “mais e menos expressivos”. Posteriormente, foi identificada a relação existente entre os elementos mais explicitados nos mapas e efetuada a análise acerca do significado das informações para o indivíduo dentro do seu espaço vivido.

3.2 Interpretação e análise das entrevistas

A interpretação e análise das entrevistas foram baseadas em Bardin (1977). Inicialmente as respostas das entrevistas foram transcritas e as informações separadas. Levando-se em consideração que os instrumentos são diferenciados de acordo com cada público, a análise foi feita separadamente e posteriormente foi feito o cruzamento das informações.

Em sua obra a autora nos oferece duas possibilidades de analisar entrevistas pelo conteúdo, a análise categorial ou por inferências. Produzir inferências sobre um texto, tal como um conjunto de entrevistas, confere ao método relevância teórica, vinculada ao número de falas a uma forma de teoria a ser estabelecida (BARDIN, 1977). Entende-se que, pelas repetições e/ou pela frequência com que as respostas aparecem é possível firmar o entendimento.

A análise categorial, segundo Bardin (1977), considera a totalidade do texto na análise, passando-se por um crivo de classificação e de qualificação, segundo a frequência de

presença ou ausência de itens de sentido que permitem a categorização dos elementos de significação da mensagem.

A autora recomenda também que deve ser levada em consideração a contextualização e o meio ambiente onde se produziram os dados, aumentando a gama de informações e propiciando a análise dos resultados no seu contexto produzido.

Após a tabulação dos dados separados, os resultados foram organizados em quatro matrizes. Para elaboração das mesmas as informações foram digitadas inicialmente no programa Microsoft Access 2010, pois este possui um recurso para selecionar as informações por palavras-chave. Após a digitação os dados foram exportados para o Microsoft Excel 2010 e através deste arquivo as tabelas foram colocadas no word para serem expostos no trabalho.

A primeira matriz (Apêndice F) é resultado da tabulação dos desenhos e das últimas questões das entrevistas aplicadas aos moradores e visitantes, questões 18 e 12, respectivamente. Nas entrevistas, essas questões foram inseridas para serem relacionadas com os mapas, no entanto não foram produzidas por imagens, mas através da descrição do ambiente.

Com a criação desta pode-se observar pelo efeito visual das cores, a frequência dos elementos naturais, construídos e humanos que são percebidos pelos estudantes, moradores e visitantes. As cores verde, laranja e marrom foram escolhidas pela própria pesquisadora por julgar que estão em consonância com os tipos de elementos.

A segunda matriz apresenta a tabulação do conteúdo produzido pelos moradores e a terceira a tabulação dos visitantes. As questões abertas propiciaram respostas longas, devido a isto, para tabulação dos dados, a pesquisadora fez a interpretação e extraiu a essência das respostas para facilitar a organização e condensamento dos dados. Pela quantidade de informações obtidas e pela densidade de cada matriz, a autora optou por fazer um recorte destas e expor apenas dois extratos (partes) de cada uma delas.

Uma matriz numérica também foi criada. Esta contém os dados quantificados dos elementos naturais, construídos e humanos referentes à coleta de informações obtidas por todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Essa matriz foi transformada em quadro situa-se no último item do quarto capítulo.

O apêndice G é uma síntese (extrato) produzida a partir das listas de visitantes que foram elaboradas no período de coleta de dados em campo, de janeiro a junho. Nestas constam o nome do visitante, sua procedência, a quantidade de pessoas por grupo, além de outras informações relevantes para a pesquisa.

A análise dos desenhos e das entrevistas associada às observações de campo possibilitou relacionar os conteúdos sobre as percepções e as práticas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A entrevista realizada com o gestor, pelos dados obtidos, contribuiu com informações para o capítulo anterior, mais especificamente, a caracterização da área de estudo.

CAPÍTULO 4
PERCEPÇÕES E PRÁTICAS NA SERRA DO
CAJUEIRO

Através do processo de observação que aconteceu durante seis semanas (não consecutivas), buscou-se identificar os principais elementos que fazem parte da vida e as atividades que caracterizam o cotidiano dos moradores do Povoado Ribeira. Estes possuem hábitos não muito diferentes de comunidades que estão situadas em ambientes rurais.

O Povoado Ribeira é caracterizado pela tranquilidade expressa no modo de vida das pessoas que nele residem, pelo ordenamento diferenciado das ruas, pela arquitetura das casas que se destacam por fazerem referência a antigos vilarejos. Além dos elementos construídos, as paisagens oferecidas pelo lugar são relevantes para os que ali residem como também para quem o visita. A Serra do Cajueiro e os ambientes de entorno são um dos elementos que compõem a paisagem e contribuem para que atenções estejam voltadas para o povoado, pois as únicas vias de acesso para os atrativos da localidade se dão pelo povoado.

Durante os dias da semana a rotina dos moradores da comunidade é bastante regular. Uma parcela da população trabalha e/ou estuda no município de Itabaiana, então nas primeiras horas do dia estas pessoas, através de transporte público ou de taxi lotação, fazem o deslocamento diário. Outra parte dos moradores são lavradores e dedica-se ao cultivo de mandioca, feijão, amendoim, milho e batata doce. Alguns são funcionários da prefeitura e a maioria dos idosos é aposentada e imprime ao lugar uma lentidão expressa no andar sem pressa, no olhar profundo para pessoas e objetos, como se “matutando” a mudança das coisas e das horas.

No período da manhã as atividades das pessoas que permanecem no povoado estão relacionadas aos serviços domésticos, na lida com a terra e para os poucos comerciantes a oferta de seus produtos em horário comercial. Às segundas feiras, a paisagem na Praça do Mercado é alterada. Neste dia ocorre a feira livre da comunidade também frequentada por pessoas de povoados vizinhos. É comum perceber um numero considerável de cavalos transitando pelas ruas, assim como motos estacionadas na praça da feira.

Ainda no período matutino observa-se de forma muito discreta a movimentação dos moradores que se utilizam dos recursos naturais da Serra do Cajueiro e dos ambientes de entorno. Eles retiram principalmente lenha e mantem o habito de lavar roupas nas margens do

riacho Ribeira. Durante a tarde as atividades e a rotina dos moradores assemelham-se ao período da manhã, com exceção dos meses de janeiro e fevereiro, que devido ao período de férias escolares, observou-se uma movimentação maior por parte das crianças e adolescentes, aos finais de tarde, nas praças do Povoado. Além da Praça do Mercado, defronte da Igreja de Santo Antônio tem uma pequena praça bem cuidada e arborizada, bastante utilizada pela comunidade.

Durante as noites, os moradores costumam sentar à porta de suas casas com familiares ou vizinhos para conversarem. Nesse horário observa-se uma movimentação maior nas praças, principalmente na Praça da Igreja, pois nesta os jovens se reúnem para conversar e namorar. Na Praça do Mercado as crianças brincam, andam de bicicleta, jogam futebol, dentre outros.

Apesar da ausência de equipamentos para os jovens, as duas praças são consideradas um espaço de lazer e descontração, nesse sentido as praças são um dos ambientes sociais dos moradores do Povoado. Além destas, a única casa de farinha foi citada como ambiente de trabalho e ainda como um local agradável para reunir os amigos durante as atividades profissionais.

Levando-se em consideração que o contato entre pessoas do Povoado e que existem relações constantemente estabelecidas nos ambientes de entorno, onde algumas atividades que caracterizam o cotidiano dos moradores são desenvolvidas, a vida social dos moradores também é exercida, de forma notória e peculiar, nos espaços da Serra do Cajueiro.

As principais práticas identificadas durante o período de observação foram: retirada de lenha, lavagem de roupas, animais e automóveis, pescaria, coleta de água, extração de pindoba e atividades de lazer.

O uso da lenha ainda é muito comum na vida dos moradores. É constante na Ribeira os habitantes transitarem pelas tranquilas e ventiladas ruas transportando esse recurso natural por eles coletado. Este transporte geralmente é feito na cabeça, em caçuás ou carroças por tração animal. Normalmente, quando o produto é extraído em grandes quantidades, é utilizado, primordialmente na casa de farinha ou comercializado junto a moradores da comunidade que, por falta de condições físicas favoráveis ou por possuírem uma idade

avançada não possuem mais condições de retirar-la e, devido a isto, adquirem-no comprando. As imagens abaixo retratam a retirada de lenha, supostamente para comercialização, às margens do Riacho da Ribeira. Observou-se que grande parte das árvores abatidas com motosserra era de cajueiros.



Figuras 4.1 e 4.2: Retirada de lenha às margens do Riacho da Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, Maio de 2012.

A lavagem de roupas também é uma atividade rotineira entre algumas famílias que residem no Povoado Ribeira e nos Povoados vizinhos. Durante a semana os riachos são muito utilizados por mulheres da comunidade que por finalidades distintas (cultural, econômica, social) mantêm o costume de lavar roupas “em água corrente”. Vale ressaltar que durante todos os dias da semana, os corpos hídricos são utilizados para esse fim não só por moradoras do Povoado Ribeira, mas também por moradores dos povoados Cajaíba, Mangueira, Mangabeira e São José.

As figuras 4.3 e 4.4, a seguir, mostram a lavagem de roupas no Riacho Ribeira. Duas famílias (mães e seus filhos) do povoado Mangueira que rotineiramente, às segundas-feiras, deslocam-se de carro a este ponto, posto que suas casas não têm sistema de abastecimento de água encanada. Durante o período de observação identificou-se que este riacho é o mais utilizado pelos moradores para lavagem de roupas



Figuras 4.3 e 4.4: Lavagem de roupa no Riacho Ribeira.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, Maio de 2012.

Uma pequena parcela dos moradores da comunidade, pelo fato de não possuírem água encanada, coletam água para consumo doméstico na única bica do povoado, a bica da Ribeira. Além destes que não possuem o sistema de abastecimento a domicílio, outros moradores, por julgarem a água da bica de melhor qualidade para ser ingerida, mantêm o hábito de coletar o recurso semanalmente.

Dentro desse cenário, no qual os sujeitos se utilizam dos riachos para lavagem de roupas, foi diagnosticado, em alguns momentos, a utilização do mesmo espaço para banhar seus animais, sejam estes domésticos ou de grande porte. No primeiro e o quarto mês de observação, janeiro e abril, foi visto também automóveis sendo lavados por seus proprietários no riacho da Ribeira, o mais utilizado por moradores e visitantes. Durante esta prática os carros dividiam o mesmo espaço com as pessoas que realizavam outras atividades: lavagem de roupa e banhos.

Durante as observações de campo e coleta de informações informalmente, foi identificado que a extração da pindoba é feita por uma única moradora da comunidade. A extração do recurso natural é realizada quase que diariamente e com este material a artesã confecciona vassouras de palha que posteriormente são comercializadas junto aos próprios moradores e na feira do Povoado.

Durante os finais de semana o fluxo de visitação nos ambientes de entorno da Serra torna-se intenso e, devido a isto, a tranquilidade do povoado é alterada pelo trânsito de veículos nas principais vias que dão acesso aos atrativos, provocando ruídos que não são

comuns na rotina dos moradores e que descaracteriza a paisagem do Povoado. Os estabelecimentos comerciais (bares, lanchonetes e mercearias) sofrem uma alteração considerável com a presença dos visitantes que consomem alguns produtos durante a passagem pelo povoado. Vale ressaltar que um dos estabelecimentos só funciona aos finais de semana, voltado exclusivamente para atender esta clientela.

Foi identificado também que os ambientes da Serra do Cajueiro são intensamente utilizados em atividades de lazer, por moradores e visitantes. Esportes como voleibol, futebol e rapel são frequentes aos finais de semana. Grande parte dos visitantes acende fogueiras e preparam os alimentos, sempre acompanhados de bebidas, e em alguns casos, embalados pela música alta do som dos carros ou por algum “batuque” produzido pelos próprios visitantes. A figura 4.5 retrata a prática de esportes radicais (rapel) nos paredões rochosos do Riacho Poções.



Figura 4.5: Prática de esportes de aventura no Riacho Poções.

Fonte: Ana Carolina Vieira Cavalcante, Fevereiro/ 2012.

Apesar de não ser muito comum, a pescaria também é praticada por moradores e visitantes e foi relacionada pelos adeptos como uma atividade de lazer. A atividade é realizada artesanalmente e sem fins lucrativos, pois o que é adquirido nesta atividade, geralmente, é consumido no próprio local.

Foram registradas, em momentos distintos, vestígios de práticas afro-religiosas. Nos locais tinham aves mortas, recipientes de barro com restos alimentares, garrafas de bebida alcólicas e alguns adornos femininos. Durante o tempo de coleta de dados in loco não foi

possível verificar se estas práticas eram procedentes de visitantes, moradores ou de ambos. As imagens a seguir atestam a existência das atividades religiosas. A figura 4.6 mostra um prato de cerâmica quebrado contendo sobras de alimentos e a figura 4.7 apresenta restos de penas de aves em uma fogueira.



Figuras 4.6 e 4.7: Vestígios de atividades afro-religiosas.
Fonte : Arquivo pessoal da autora, Fevereiro/ 2012.

A motivação dos visitantes em frequentar os ambientes da Serra dá-se pela contemplação paisagem, pelo contato com a natureza e, sobretudo, pelos corpos hídricos que são favoráveis ao banho. A imagem a seguir, 4.8 retrata os visitantes tomando banho e fazendo churrasco às margens do riacho.



Figura 4.8: Prática dos visitantes do Riacho Poções.
Fonte: Arquivo pessoal da autora, Março de 2012.

No período de coleta de dados buscou-se também diagnosticar atitudes e/ou elementos que identificassem algum tipo de preocupação, cuidado, ou práticas voltadas à conservação do(s) ambiente(s). Em uma das visitas aos atrativos (ou bens), especificamente no dia dezessete de maio, observou-se que três recipientes de tinta tinham sido colocadas em pontos estratégicos para servirem de coletores de resíduos (lixeiros).

A iniciativa foi tomada por moradores do Povoado que se reuniram e fizeram um mutirão para realizar uma limpeza nos ambientes da Serra com maior fluxo de visitação. Nesse momento todo o lixo foi recolhido e separado pelos voluntários. As latas e garrafas de vidro armazenadas em sacos e levadas pelos moradores para serem descartados em locais adequados e os papeis e plásticos foram queimados. Nesta oportunidade, as latas de metal foram “instaladas” para servirem de coletores na perspectiva de minimizarem a degradação do ambiente e, conseqüentemente, da paisagem.

Segundo um dos sujeitos que participou da prática de conservação, no ano de 2012, foram realizados três mutirões com o intuito de amenizar os impactos provenientes da ação dos frequentadores. O grupo que participou da atividade foi constituído por aproximadamente dez homens, todos moradores do povoado, motivados pela conservação dos ambientes que apreciam e usufruem.

Nos meses subsequentes à implantação dos coletores, junho e julho, o problema de acúmulo de resíduos ainda se fazia presente. Duas situações foram observadas. Na primeira as lixeiras que foram disponibilizadas pareciam insuficientes para depositar todo o lixo produzido, então pela falta de espaço nos recipientes os resíduos foram jogados ao lado, ou embaixo das mesmas, como mostra a figura 4.9. A segunda situação diz respeito ao descaso de frequentadores que, mesmo percebendo os coletores, o material foi descartado no chão, bem próximo aos recipientes vazios, como se apresenta na figura 4.10, a seguir.



Figuras 4.9 e 4.10: Recipientes coletoras e o lixo dos produzido pelos visitantes

Fonte: Arquivo pessoal da autora, Maio de 2012.

A segunda situação ocasiona uma alteração na paisagem pelo excesso de lixo que degrada o ambiente e agride visualmente o local para os que frequentam. Além dos resíduos, as pichações também podem ser citadas como práticas de vandalismo que modificam a paisagem. Observa-se pelas figuras 4.11 e 4.12 marcas na paisagem ocasionadas por pichações nos paredões rochosos e inscrições em sulco nos troncos das árvores.



Figuras 4.11 e 4.12: Alterações na paisagem.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, Maio de 2012.

4.1 Percepção socioespacial pelos desenhos

Os resultados apresentados, como exposto, são provenientes das atividades realizadas com alunos da única escola do Povoado Ribeira. Segundo Sans (1987), o desenho é uma forma de expressão capaz de refletir, de forma espontânea, toda sua escala afetiva de valores tanto na expressão de personagens, quanto nos locais e nos objetos.

Segundo Kosel (2008), os desenhos são uma forma de linguagem que refletem o experienciado, o vivido representado em todas as suas nuances, cujos elementos são representações sociais e os estudantes os agentes que o referendam.

Após a separação dos elementos (naturais, construídos e humanos) e através da tabulação dos mesmos, constatou-se que os estudantes possuem relação com os elementos naturais e percebem-nos com regularidade em seu cotidiano.

A Serra do Cajueiro, conhecida por eles como Serra da Ribeira, aparece em oito dos trinta e três desenhos produzidos. Já os riachos e cachoeiras que se situam na Serra ou nos ambientes de entorno são muito percebidos e vivenciados pelos estudantes.

Os desenhos apresentaram uma predominância de elementos naturais como revela a Matriz (Apêndice F). Vale ressaltar a riqueza de detalhes ao descrever (desenhar) os ambientes que eles costumam frequentar. Apenas dez alunos fazem referência aos elementos construídos, entre eles: casas, igreja, praças e lanchonete. Estes elementos estão presentes na vida das crianças em proporção inferior se comparamos aos elementos naturais.

Diagnosticou-se que os estudantes não percebem alguns elementos e/ou aspectos relevantes e rotineiros nos ambientes mais frequentados por eles e por seus familiares. Os resultados comprovam a escassez dos elementos humanos, pois estes não foram evidenciados pelas crianças, apenas cinco dos trinta e três estudantes, apresentaram em seus desenhos elementos humanos, a exemplo de banhistas, fogueira e cerca.

Também não foram identificados fatores negativos que são notórios nos ambientes de visitação da Serra do Cajueiro. Em nenhum dos desenhos foi constatado a presença de resíduos, de poluição dos rios ou de qualquer outra evidência de degradação ambiental. Os ambientes retratados estão sempre limpos, floridos, com vegetação abundante e com nenhuma ou com um número pequeno de pessoas, o que não reflete a realidade.

Este diagnóstico corrobora com o fundamento de Tuan (1980) quando afirma que para os nativos fatores (positivos ou negativos) podem tornar-se irrelevantes ou não perceptíveis. Um dos motivos é o fato de já estarem acostumados a essa realidade e não conseguirem mais notar os elementos que não deveriam fazer parte daquele ambiente. Outra possibilidade de análise nos faz levar em consideração a faixa etária dos envolvidos na atividade. Como se trata de crianças e pré-adolescentes é comum que estes possuam (ainda) uma ideia muito romantizada dos ambientes naturais os quais frequentam. As paisagens sempre são apresentadas enaltecendo a natureza de forma harmônica, sem a presença humana ou de outros fatores que a descaracterizem parcial e/ou totalmente.

A seguir serão apresentados alguns dos desenhos produzidos pelos estudantes. Acompanhado da ilustração inseriu-se a fala dos que os produziram explicando o que foi desenhado e o(s) motivo(s) da escolha. A figura 4.13 é um dos desenhos produzidos pelos estudantes e retrata a cachoeira do Pilão e ao fundo a Serra do Cajueiro.



Figura 4.13: Cachoeira do Pilão e Serra do Cajueiro.

Fonte: Estudante 15 – Masculino – Quinto ano.

“Eu desenhei a Serra da Ribeira, a cachoeira dos pilões, umas borboletas, as árvores (...) porque eu gosto muito e representa a Ribeira, e é de todo mundo mesmo, para todo mundo usar”. Estudante 15

A figura 4.14 é mais uma ilustração dos elementos percebidos e vivido pelo Estudante 24. Na imagem vê-se ao fundo Serra do Cajueiro, denominada por eles na fala de Serra da Ribeira e o Riacho Ribeira e algumas árvores.

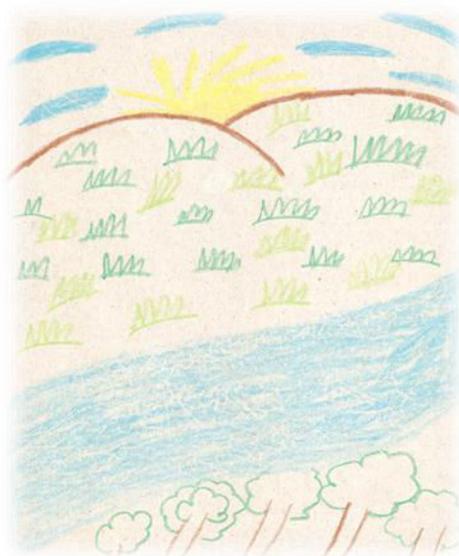


Figura 4.14: Serra do Cajueiro, o Riacho da Ribeira e algumas árvores.

Fonte: Estudante 24 – Feminino – Sexto ano.

“Eu desenhei a Serra da Ribeira e o riacho da ribeirinha porque todo final de semana a gente vai para olhar as plantações de meu pai e a gente fica pra passar o dia. De lá da ribeirinha quando eu tô tomando banho eu vejo a Serra bem bonita, por isso eu desenhei a Serra e o rio, para mim os dois são muito importantes.” Estudante 24.

A figura seguinte, enumerada 4.15, traduz uma percepção diferenciada. Esta imagem retrata elementos naturais e humanos, a exemplo de fogueira e banhistas. Pelos desenhos que foram produzidos, nota-se que poucos estudantes dos que participaram da atividade conseguem perceber, a presença humana nos ambientes da Serra. Este foi um dos poucos estudantes que observa em seu cotidiano a presença de pessoas nos ambientes naturais e de fogueiras, pois apesar destas serem muito comuns, não apareceram nas demais ilustrações.

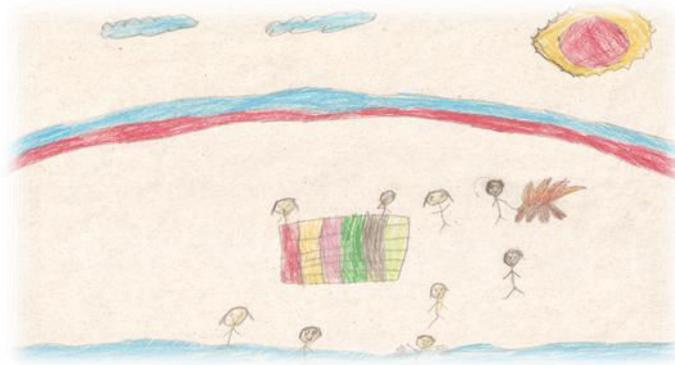


Figura 4.15: Riacho Ribeira e Banhistas

Fonte: Estudante 1 – Masculino – Quarto ano.

“Eu desenhei um rio do meu povoado que eu gosto muito e a minha família. Eu vou sempre nesse rio com minha família para passar o dia e a gente se diverte bastante.” Estudante 1.



Figura 4.16: Riacho Pilões, árvores e aves.

Fonte: Estudante 13 – Masculino – Quarto ano.

“Eu desenhei os Pilões, as árvores, o sol e os pássaros. (...) Eu acho os Pilões muito bonito e vou lá sempre com minha família” Estudante 13

A figura 4.17 ilustra o Riacho Poções, além de árvores e vegetação rasteira. Este ambiente é mais utilizado para atividades de recreação, tanto por moradores quanto por visitantes dos ambientes da Serra.

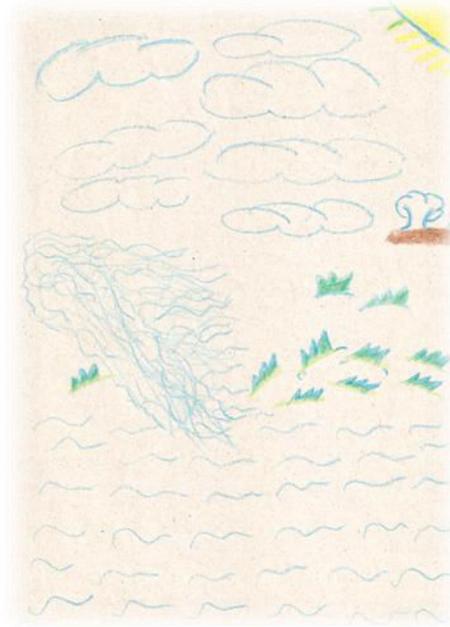


Figura 4.17: Riacho Poções.

Fonte: Estudante 3 – Masculino – Quarto ano.

“Eu desenhei os Poções porque é um lugar que todo mundo que vai gosta de lá. Lá tem o rio, as flores, aquelas rochas bonitas, foi isso que eu botei aqui na minha pintura, porque pra gente aqui do povoado os Poções é importante pra gente.” Estudante 3.

Os desenhos produzidos, associados às falas, nos revela um dado importante. A utilização da Serra pelas crianças e por suas famílias esta relacionado a práticas de lazer, pelo menos é a isto que as falas dão ênfase. Essa informação é condizente com o relato da pesquisadora do tópico anterior quando a mesma afirma que a Serra é um dos ambientes sociais dos moradores do Povoado. Nesse sentido, pode-se afirmar que para os estudantes a relação estabelecida com a Serra do Cajueiro é completamente simbólica.

4.2 Percepções dos moradores e a construção do cotidiano

Após a realização das entrevistas com os catorze moradores que possuem relações com a Serra do Cajueiro, o primeiro passo foi fazer uma identificação das atividades diárias, profissionais ou não, desses sujeitos e assim ter conhecimento onde a Serra é inserida no cotidiano de cada um deles.

As atividades profissionais dos sujeitos são diversificadas. Dos catorze moradores entrevistados dois trabalham no comércio, duas são donas de casa, duas são lavadeiras, seis são lavradores, um é vendedor e uma é doméstica. Essas pessoas possuem de vinte e sete a setenta e três anos de idade, apenas um possui o ensino médio completo e onze não concluíram o ensino fundamental.

Desse grupo, apenas cinco obtêm seu sustento pelas atividades que possuem em seu cotidiano com a Serra, ou seja, a primeira fonte de renda da família advém da Serra do Cajueiro e/ou do ambiente de entorno. As práticas mais assíduas são a lavagem de roupas, retirada de lenha e lavoura. Apesar de os demais entrevistados possuírem atividades profissionais não mais relacionadas diretamente com a Serra, eles mantêm regularmente em seu cotidiano alguma atividade que já foi baseada na funcionalidade e que perdura por ter prevalecido em suas vidas durante muito tempo.

Vale ressaltar que a Serra é conhecida pelos moradores por denominações diferenciadas. Os nomes citados durante a pesquisa foram: Serra da Ribeira, Serra Grande, Serra de Itabaiana e Serra do Santo Cruzeiro. Apenas duas pessoas admitiram não saber o nome da Serra, cinco dos entrevistados a conhecem por Serra Grande, dois por Serra da Ribeira e apenas dois conhecem o nome oficial, institucionalizado, Serra do Cajueiro.

O quadro 4.1, a seguir, é um extrato (parte) da matriz que foi produzida para tabulação e análise dos dados obtidos através das entrevistas com os moradores. Nela consta a síntese das respostas dos três primeiros moradores contatados e conteúdo é referente as quatro primeiras questões do Apêndice B.

Quadro 4.1: Extrato 1: Matriz Moradores

Cód.	Ident.	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Resposta	Questão 4
1	Morador 1	Doméstica	Não	Sim	Serra do Santo Cruzeiro	É boa porque minha mãe fazia promessas, colocava fita, hoje é que as pessoas não zelam.
2	Morador 2	Lavrador	Sim	Sim	Serra do Cajueiro	É tudo porque sem ela o Povoado ficava horrível sem a presença dela.
3	Morador 3	Comércio	Sim	Sim	Serra Grande	Uma riqueza

Fonte: Criação de Marister Alves Loureiro, 2013.

Quando questionados sobre o que a Serra do Cajueiro é para eles, obteve-se respostas variadas, apresentando representações baseadas no funcionalismo como também no simbolismo. Nesse sentido, foram escolhidas três respostas para exemplificar o que a Serra significa para os moradores.

“Olha ela é muito importante para o nosso povoado porque tem as nascentes né? Se não me engano lá tem três ou quatro nascentes que abastece os nossos riachos (...). É tudo pra gente porque sem ela aqui o nosso povoado ficaria horrível sem a presença dela.” Morador 2.

“Essa Serra pra gente é uma riqueza, principalmente esse rio aqui que nasce lá” Morador 3.

“Essa Serra pra mim é tudo, porque eu nasci e me criei aqui, quando eu preciso ir para Aracaju ou Itabaiana, quando eu volto minha Serra está sempre aqui, na frente da minha casa e sorrindo para mim” Morador 13.

A primeira e a segunda citações estão relacionadas com a questão hídrica. Os moradores, em sua maioria, enaltecem durante as entrevistas a importância dos corpos hídricos que o Povoado possui e que são oriundos da Serra do Cajueiro. Nesse sentido, observa-se uma relação baseada na funcionalidade, digo, na utilidade fundamental da água para os moradores.

Já na terceira citação diagnostica-se o simbólico. As palavras do entrevistado estão embutidas de significado: “*minha Serra*”; “*na frente da minha casa*” e “*sorrindo para mim*”. A forma de se expressar, “*minha Serra*” demonstra uma apropriação simbólica, baseada na percepção que o morador tem da Serra e que faz desta um objeto animado, vivo, à medida que sorri para o sujeito.

Nesse sentido, Leff (2009) afirma que um lugar habitado e permeado de hábitos define os sentidos existenciais que conduziram a (co) evolução das culturas de seu meio, através das formas de apropriação de seu ambiente.

Quando questionados sobre para que a Serra do Cajueiro serve, as respostas tenderam às relações baseadas na funcionalidade, nove dos catorze entrevistados englobaram em suas falas as nascentes, os riachos, os minadores e um deles percebe a Serra como um ponto histórico do Povoado.

“Para mim ela serve para muita coisa boa né, porque eu mesmo aqui tem muita utilidade pra mim, eu posso lavar roupa, posso levar água pra casa porque eu gasto muito, quando eu tava usando só em casa eu tava gastando muita água e aqui pra mim tem muita utilidade boa aqui, até pra passeio aqui é bom” Morador 9.

“Na minha opinião ela é tudo, porque ela tem o minador lá que traz água aqui para o Povoado” Morador 12.

Para Haesbaert (1999) a ocorrência da dimensão simbólica e da dimensão funcional, das formas contabilizáveis e das não-contabilizáveis do pensamento, o afetivo/emocional e o instrumental/racional estão sempre ligadas.

Quando questionados sobre a presença dos visitantes, principalmente aos finais de semana, cinco demonstraram apreciar a presença deles, apenas três discordam e os outros seis mantiveram-se neutros. Como informaram os entrevistados o fluxo de visitação na Serra do Cajueiro existe há muito tempo, aproximadamente uns 40 anos.

Os moradores foram unânimes quando indagados sobre a motivação dos visitantes para visitar a Serra e os ambientes de entorno. Estes afirmam que as motivações são: passar o

dia, conhecer, tomar banho, descansar. Quatro dos entrevistados acreditam que a visitação   intensa porque o ambiente configura um ponto turístico.

Para cinco dos catorze moradores não houveram mudanas no ambiente, mas para oito as mudanas existem e grande parte delas se deve a falta de cuidado das pessoas que frequentam, devastao, o mau uso do local, falta de higiene e acúmulo de resíduos, ou seja, negativas. O quadro 4.2 ilustra como as respostas dos moradores foram agrupadas na Matriz Final dos Moradores

Quadro 4.2: Extrato 2: Matriz dos Moradores

Ident.	Questão 11	Questão 12	Questão 13	Questão 14	Questão 15	Questão 16	Questão 17
Morador 1	Não	Sim	Pioraram	Sim	Moradores	Lavar roupas	Sim
Morador 2	Sim	Sim	Pioraram	Sim	IBAMA	Passear	Sim
Morador 3	Sim	Sim	Pioraram	Sim	Moradores; Visitantes	Passear	Não

Fonte: Criao de Marister Alves Loureiro, 2013.

  sua maneira de se expressar o entrevistado 2 faz alusão a paisagem que foi alterada devido as formas de uso e/ou explorao inadequadas. A moradora 7 faz alusão a sua perda de privacidade com a presena dos visitantes. Este posicionamento nos faz refletir sobre a relao estabelecida com a paisagem e a forma de apropriao, simbólica, que a entrevistada possui no ambiente por ela utilizado.

“Sim, por exemplo, eu tenho fotografias que revelam que hoje a paisagem não existe mais” Morador 2.

“Ah, as mudanas são muitas, porque vem muito gente tomar banho, passar o dia e tira nosso sossego, nossa privacidade. Por isso eu só vou dia de semana”.

Apesar das respostas que apontam os aspectos negativos da intensa visitao, apenas um dos sujeitos da pesquisa discorda que sejam organizados passeios para a Serra do Cajueiro. Os outros treze não foram contra esta possibilidade, no entanto alguns deles

ressaltaram que a ideia seria interessante se houvesse compromisso das pessoas envolvidas nos passeios e que estes fossem, de fato, organizados. O que não acontece atualmente.

“É muito importante para as escolas, para os alunos, para os professores que costumam fazer expedições para levar os alunos e mostrar parte da natureza, como deve cuidar disso, daquilo, falar das nascentes é importante”. Morador 2

“Eu achava que deveria sim ser organizados passeios, porque assim, pelo menos, é uma coisa boa que nós que somos moradores, aí vem pessoas. Por exemplo, se vinhesse uma pessoa de Aracaju para filmar, aí filmava os Poções, os Pilões, a Ribeirinha e ficava tudo na televisão”. Morador 1.

“Claro, pode ter passeio, mas as pessoas não respeitam as coisas (...) chegam nas beiras dos rios e não tem cuidado, não zelam, porque agora mesmo no carnaval ficou a maior bagunça”. Morador 4.

As citações apresentam três olhares diferenciados sobre a organização de passeios para a Serra. O morador 2 posiciona-se favoravelmente e consegue perceber nesses passeios organizados atividades de interpretação ambiental, o que condiz perfeitamente com a proposta do PARNASI. O morador 1 já raciocina na perspectiva de divulgação e promoção do local com fins mercadológicos e o morador 4 também corrobora com a ideia no entanto ressalta que deve existir respeito, zelo, cuidados pelo ambiente visitado.

Grande parte dos entrevistados, nove, informou que possuem atitudes em favor da Serra, quatro disseram que não e um disse que nem faz a favor, nem contra. Dentre as atitudes benéficas as citadas estão: fazer limpeza nos riachos e nas margens, ajudar a brigada de incêndio quando as queimadas ocorrem (vale ressaltar que as queimadas são recorrentes na Serra do Cajueiro), fazer denuncia quando observam algum tipo de extração de areia ou pedras (mineração) e para um deles, não sujar, não destruir, não desmatar já configura uma ação favorável.

Quando questionados sobre quem deve cuidar (conservar) a Serra do Cajueiro, seis deles responderam “moradores”, três “IBAMA” e quatro deles “todos”. Nesse sentido, observa-se que eles trazem para si a responsabilidade de conservação dos ambientes.

As práticas relatadas pelos sujeitos como mais utilizadas, corroboram com as identificadas pela pesquisadora durante a observação, lavar roupas, retirar lenha e atividades de lazer como passear, tomar banho, passar o dia. Pelo exposto, essas pessoas possuem esses hábitos há muito tempo, alguns deles desde a infância e até já se tornaram um costume, quiçá sejam hábitos fundantes e formadores de uma cultura, pelo tempo e por eles estabelecida. As motivações, na maioria das vezes, confundem-se entre o funcional e o simbólico, digo, em determinados casos torna-se difícil interpretar qual a origem das motivações, pois como afirma Diegues (1995), as comunidades também possuem representações simbólicas dos meios que lhe fornecem subsistência:

“Eu lavo roupa no rio desde pequena, quando ainda não tinha renda, mas hoje eu tenho renda, sou domestica e vou mesmo assim, toda terça-feira estou lá. Eu gosto muito de lavar roupa no rio, pra mim é tão bom” Morador 1.

“Eu uso assim, as vezes vou pra lenha perto da Serra, vou lavar roupa (...) Vou umas três vezes por semana lavar e tirar lenha uma vez (...) Mas eu vou três vezes por semana porque eu lavo de ganho, para algumas pessoas aqui do Povoado, tenho que fazer meu dinheirinho né?” Morador 7

Os envolvidos na pesquisa quando questionados sobre o nome da Serra não souberam informar com precisão. O mesmo acontece com o fato de a Serra do Cajueiro está inserida no Parque Nacional Serra de Itabaiana seis afirmaram que desconheciam esses dados e oito moradores informaram ter ciência da situação legal do bem. Durante o momento da entrevista a pesquisadora percebeu que alguns deles não demonstraram segurança ao responder esse questionamento.

À luz dos autores que dão embasamento teórico para esta pesquisa e levando-se em consideração o que foi exposto pelos moradores, pode-se afirmar que a Serra do Cajueiro configura para estes um geossímbolo. O processo de construção da Serra enquanto patrimônio foi alicerçada, ao longo do tempo, pelas atividades do cotidiano, sejam estas funcionais e/ou simbólicas.

4.3 Percepção e relações dos visitantes com a Serra do Cajueiro

A utilização dos recursos/bens da Serra do Cajueiro não são apenas associados as comunidades de entorno. Pela potencialidade paisagística existente, a Serra atrai diversas pessoas para desfrutarem de seus atrativos. Durante as seis semanas de trabalho de campo foram entrevistados trinta e sete visitantes, dos meses de janeiro a junho nos ambientes da Serra do Cajueiro. É importante para esta pesquisa investigar o que motiva as visitas, os deslocamentos, conhecer a frequência de visita e como eles percebem os ambientes visitados.

A amostra de visitantes deu-nos um panorama da procedência dos frequentadores da Serra. A maioria deles são de povoados ou municípios circunvizinhos. Os Povoados Mangueira, Cajaíba, Mangabeira e Rio das Pedras são representados pela quantidade de visitantes, o mesmo acontece com os municípios de Aracaju e Itabaiana.

A presença masculina é bastante notável. Não foram identificadas pessoas visitando a Serra sem acompanhante, o mais comum são os grupos de amigos ou famílias. O fluxo de visita é notoriamente mais intenso aos domingos, principalmente nos meses de alta estação, janeiro, fevereiro e março. Em feriados prolongados, a exemplo do carnaval muitos frequentadores optaram por acampar e os grupos eram numerosos (Apêndice G).

Quando questionados sobre o nome da Serra, vinte deles não souberam informar e os outros dezessete afirmaram saber sua denominação, no entanto apenas um disse o nome correto oficial. Dentre as denominações mais utilizadas estão: Serra da Ribeira, Serra Comprida e Serra de Itabaiana. O mesmo acontece com o fato de a Serra do Cajueiro fazer parte do Parque Nacional Serra de Itabaiana, apenas nove afirmaram conhecer essa informação.

Grande parte dos entrevistados possui uma rotina de visita. Doze deles visitam a Serra de 1 a 5 anos, oito deles a mais de 30 anos. A frequência é de duas ou três vezes ao ano, no entanto, durante a pesquisa, todos os sábados, em todos os meses, um morador de Itabaiana esteve presente ou no Riacho Poções ou no Riacho Ribeira, este foi o único visitante identificado que visita semanalmente.

Quando a pesquisadora indaga os sujeitos se eles observaram alguma mudança no ambiente, vinte e quatro deles disseram que sim e treze que não. As queimadas, o desmatamento e o lixo foram os mais citados.

“Observei em relação a vegetação, tá muito escassa, tá sumindo, agora mesmo está tudo queimado né, e também uma coisa que eu prestei atenção é muita coisa assim industrializada, resto de lixo jogado na beira no riacho, a beira do caminho, entendeu?! Então o pessoal tá vindo pra cá mas tá trazendo muito lixo”. Visitante 7

“É tem muita mudança, quando eu comecei a frequentar aqui não era assim, era mais conservado, não vinha tanta gente assim. Tem o desmatamento, a sujeira que deixam quando vêm passar o dia (...). Hoje mesmo quando eu cheguei cedinho eu encontrei papel higiênico, fralda descartável de criança que eles usam e depois dentro do rio mesmo eles jogam” Visitantes 23

As motivações dos visitantes para usarem os ambientes da Serra são descansar, relaxar, entrar em contato com a natureza, curtir, tomar banho, beber, passear e acampar. Dentre as atividades que mais os satisfazem, que eles mais gostam, citam-se tomar banho e descansar.

Quando questionados sobre o que aquele ambiente representava houve uma repetição de resposta com pouco conteúdo. Ex: “Tudo”, “coisas boas”, “muita coisa”, “muita coisa boa”, etc. Com embasamento em Bardin (1977), respostas desse tipo são analisadas por inferências, ou seja, pelas repetições. A falta de clareza para especificar o que o ambiente representa demonstra um distanciamento entre o sujeito e o objeto. Alguns fizeram referência a paisagem e a natureza.

“Uma paisagem maravilhosa, me sinto, sinceramente, como numa reportagem do globo rural” Visitante 11.

“Rapaz, representa a vida, a natureza” Visitante 13.

“Na atualidade, na perspectiva de hoje, é uma paisagem que deveria ser melhor preservada e até melhor usufruída, até mesmo pelos moradores que estão no seu entorno” Visitante 30

Apesar de terem evidenciado alguns aspectos negativos no ambiente que utilizam, apenas três dos trinta e sete afirmaram que o lugar não está satisfatório, os trinta e quatro julgaram-no como satisfatório.

Ao perguntar o que poderia ser mudado, apesar de trinta e quatro já terem demonstrado satisfação com o ambiente, contraditoriamente, apenas seis disseram que nada precisa ser modificado.

Quando questionados sobre a responsabilidade de conservação da Serra, ou seja, quem deve cuidar do espaço as respostas mais frequentes foram os órgãos públicos e os frequentadores. Três dos entrevistados acreditam que esse cuidado deve ser apenas dos moradores do entorno e dos órgãos públicos. Nesse sentido também perguntado se os entrevistados contribuem com essa conservação e como. O quadro 4.3 ilustra o conteúdo das informações anteriores.

Quadro 4.3: Extrato 3: Matriz dos Visitantes

Cód.	Ident.	O que?	Questão 10	Questão 11
1	Visitante 1	Não destruir	Os frequentadores; órgãos públicos.	Não
2	Visitante 2	Recolher o lixo, não fazer fogueira	Órgãos públicos	Não
3	Visitante 3	Recolher o lixo	Os frequentadores	Não

Fonte: Criação de Marister Alves Loureiro, 2013

Vinte e seis afirmaram que fazer algo para conservar a Serra, a exemplo de recolher o lixo, não desmatar. Os onze demais entrevistados não tiveram o mínimo receio em afirmar que não cuidam do espaço.

“Quem deve cuidar é a população, quer dizer, os moradores dos Povoados que dependem disso daqui. Porque já pensou se se acaba um negócio desse? Como é que *vive o povo*?” Visitante 19

“Com certeza, eu colocaria uns quiosquezinhos pra ter muito mais turistas aqui” Visitante 9

“Porque assim eu não moro aqui né, a gente só vem a passeio”
Visitante 25

Constata-se nessas falas que a responsabilidade de ter atitude benéficas, preventivas em relação à Serra são direcionadas aos moradores do entorno. Diagnostica-se também uma visão mercadológica que descaracterizaria o ambiente. No quadro abaixo, numerado 4.4, apresenta de forma reduzida os respostas das questões 10 e 11.

Quadro 4.4: Extrato 4: Matriz dos Visitantes

Cód.	Ident.	O que?	Questão 10	Questão 11
1	Visitante 1	Não destruir	Os frequentadores; órgãos públicos.	Não
2	Visitante 2	Recolher o lixo, não fazer fogueira	Órgãos públicos	Não
3	Visitante 3	Recolher o lixo	Os frequentadores	Não

Fonte: Criação de Marister Alves Loureiro, 2013

Os resultados apresentaram que os visitantes da Serra usam o(s) ambiente(s) por possuírem simpatia com ambientes naturais, poucos deles demonstraram preocupação com práticas para conservar os ambientes. Os espaços configuram para eles apenas um local de atividades recreativas.

O Órgão gestor afirmou ter conhecimento das formas de uso da Serra do Cajueiro tanto por moradores, quanto por visitantes e apontou como principal problema da Serra, as queimadas, estas segundo o gestor, teriam sido sanadas, o que não procede. Ao final de 2012, houve uma ocorrência de incêndio na localidade e 50% da Serra sofreu danos.

4.4 Resultados quantitativos dos elementos percebidos

Após a tabulação dos desenhos produzidos pelos estudantes através da listagem dos elementos inseridos nos mapas mentais e com a extração dos elementos das questões 18 e 12, entrevistas dos moradores e visitantes, respectivamente, foi possível contar todos os elementos que surgiram com os instrumentos e assim ter um resultado quantitativo dos elementos naturais percebidos pelos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Quadro 4.5: Bens e elementos apresentados e percebidos

Elementos Naturais	Estudantes	Moradores	Visitantes	Total
Serra do Cajueiro	08	07	05	20
Cachoeira	12	01	04	17
Riacho	23	04	19	46
Árvores	21	05	05	31
Céu/Sol	18	00	00	18
Paredões Rochosos	05	00	08	13
Pássaros	09	00	01	10
Flores	12	00	00	12
Peixes	03	00	00	03
Subtotal	111	17	42	170
Elementos Construídos				
Casas	09	00	00	09
Lanchonete	03	00	00	03
Igreja	01	00	00	01
Escola	02	00	00	02
Praça	03	00	00	03
Subtotal	18	00	00	18
Elementos Humanos				
Cerca	01	00	00	01
Banhista	03	00	01	04
Fogueira	02	00	00	02
Campo de Futebol	01	00	00	01
Carro de Som	01	00	00	01
Destruição da Natureza	00	01	01	02
Paisagem	01	00	03	04
Subtotal	09	01	05	15
Total	138	18	47	203

Fonte: Criação de Marister Alves Loureiro, 2013.

A matriz aponta que dentre os elementos (naturais, construídos, humanos) os mais percebidos por todos os sujeitos consultados são os naturais. Os números nos mostram que a Serra do Cajueiro fez-se presente com constância e a cachoeira e os riachos também foram bastante representativos.

Baseado na concepção de Bonnemaïson (2002), a cachoeira e os riachos são considerados um geossímbolo para os estudantes e visitantes. Para os estudantes através de uma construção simbólica e para os moradores, as entrevistas apontam que a própria Serra é considerada um geossímbolo, seja pela utilidade e/ou pela afetividade proporcionada pelas relações diárias.

Vale ressaltar, interpretação nos permite afirmar que a cachoeira e os riachos, sejam estes dentro no Parque ou no entorno, enaltecem a Serra do Cajueiro enquanto geossímbolos, pois estes elementos são oriundos desta, compõem o conjunto e estão dentro de um mesmo contexto, no entanto alguns só conseguem perceber a parte e não o todo.

Vale abordar ainda, que como afirma Bardin (1977), ao se fazer um análise desse tipo deve-se levar em consideração o ambiente onde os dados foram coletados. Acredita-se que os elementos construídos e humanos obtiveram valores insignificantes porque as entrevistas de todos os visitantes e de alguns moradores foram realizadas no próprio ambiente de visitação e segundo a autora o local da aplicação da entrevista contribuiu para uma descrição da paisagem que esta sendo vivenciada naquele momento.

No entanto, os estudantes fizeram os desenhos em sala de aula e foram eles que apresentaram maior riqueza e diversidade de elementos. Sobre esses aspectos há que considerar o instrumento de pesquisa utilizado: o desenho e, por esse motivo, a exposição da paisagem do cotidiano e da referencia (YÁZIGI, 1999) e a expressão material do meio em que vive é facilitada com esse instrumental (PAES-LUCHIARI, 2001).

CAPÍTULO 5
CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho reflexivo empreendido possibilita-nos encontros frutíferos entre autores e correntes de pensamento que se constituíram como anteparo para o diálogo com os autores e sujeitos. No centro da problematização construída foi posto a ideia de pensar globalmente e agir localmente em prol da conservação e da preservação de bens naturais, que por direito, devem ser deixados para as futuras gerações.

Mas, no âmago da pesquisa, a institucionalização da proteção de bens naturais e as práticas dos “usuários” desses bens nos conduziram ao Povoado Ribeira e aos visitantes, ambos “usuários” de bens protegidos, assim como o órgão gestor do Parque Nacional Serra de Itabaiana.

Assim, no contexto do pensamento global em prol da conservação empreendeu-se consonância política nacional para as Unidades de Conservação, nos depoimentos de moradores da Ribeira e visitantes e nos desenhos dos estudantes da única escola do Povoado.

No entanto, as práticas cotidianas demonstram um leque de atitudes: apropriação do bem como um “geossímbolo” (BONNEMAISON, 2002); do bem como um patrimônio burocratizado; como um bem incomensurável para usufruto do lazer, respectivamente, a síntese da percepção de moradores (dentre eles as crianças), do órgão gestor do PARNASI e dos visitantes.

A percepção dos estudantes e interpretação destes em relação ao entorno e à Serra do Cajueiro ainda é bastante romantizada, mas as práticas mencionadas por eles tanto nas produções dos desenhos como nas explicações orais, fica claro que para estes, os momentos desfrutados na Serra são carregados de significado.

O vínculo que as crianças possuem com a Serra é exercitada, inicialmente, no ambiente familiar. Os moradores do Povoado desenharam na tela do cotidiano, mesmo sem perceber, suas histórias de vida diretamente relacionadas a Serra do Cajueiro. As práticas desses moradores são hábitos, que ao longo do tempo, tornaram-se costumes e são, quiçá, fundantes do modo de vida de uma população, de sua cultura.

O zelo e o cuidado pelas coisas que utilizam em suas vidas demonstram afetividade e preocupação na manutenção das práticas. Em contrapartida, a situação legal na qual a Serra do Cajueiro se insere, enaltece a importância de desenvolver essa discussão com muita delicadeza.

As formas de ver, de sentir, de aproximar-se da Serra do Cajueiro são diferentes para moradores e visitantes. Devido a isto a Serra é um bem para os moradores do entorno, o que não acontece com os visitantes. Avalia-se a construção desse patrimônio, alicerçada à luz dos autores que fundamentam esse estudo, por relações funcionais e simbólicas, ao tempo que estas se completam e confundem-se. Já os visitantes apreciam os ambientes e elementos naturais, mas a percepção e interpretação destes não nos permite afirmar que existe pertencimento. Eles consomem os ambientes e, por conseguinte, o bem como objetos para o desfrute do lazer.

A utilização de recursos naturais, mesmo que seja para suprir necessidades inerentes ao ser humano ou para manutenção de uma cultura, pode (deve) entrar em contradição com a máxima de conservação para as futuras gerações. No entanto, a falta de planejamento para gestão da Unidade e a ausência de um plano de manejo, possibilita, ainda, a utilização dos recursos aleatoriamente. Ressalta-se que o Plano de Manejo, segundo informações do órgão responsável está previsto para começar a ser elaborado em 2014.

Diante desse cenário, despontam-se preocupações. Dos dias atuais até a conclusão e efetivação do Plano, como sobreviverá a Serra do Cajueiro, esse patrimônio legalmente institucionalizado? Com a elaboração, possível efetivação e fiscalização das práticas relacionadas a Serra do Cajueiro, como se perpetuará o patrimônio através de uma apropriação permeada nas abstrações do cotidiano?

Diante do exposto e das indubitáveis consequências Nesse sentido recomenda-se trabalhos de sensibilização sejam realizados nas comunidades de entorno e que alternativas de renda sejam pensadas para suprir as necessidades das pessoas que obtêm seu sustento dos recursos da Serra do Cajueiro.

Afinal a “leitura” diferenciada entre moradores, visitantes e órgão gestor, tal qual nos assevera Tuan (1980), mesmo que imersa na complexidade de percepções que se inserem em tempos, espaços e motivações plurais, é passível de se transformar em práticas e atitudes em prol da apropriação da Serra do Cajueiro como bem de todos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edgar. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999.
- ART, W. H. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998. 583p.
- BARBOSA, T.O **conceito de natureza e análise dos livros didáticos em geografia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. 226
- BONJARDIM, S. G. M.; VARGAS, M. A. M.; ALMEIDA, M. G. **Patrimônio e educação: recortes para a educação cidadã**. III Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade (EDUCON) – Itabaiana - 2009.
- BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Orgs). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002 p. 83-131.
- BOURG, D. **Os sentimentos da natureza**. Instituto Piaget, Lisboa, (Japão e Austrália), 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 252 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília/DF, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ; Rita de Cássia Ariza (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.
- COIMBRA, J. de A. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JR.; ROMÉRO, M. de A. (et al) **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 525-570.

- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, 20(39): 21-32, 1990.
- CONAN, M. A natureza, a religião e a identidade americana. In: BOURG, D. **Os sentimentos da natureza**. Instituto Piaget, Lisboa, (Japão e Austrália), 1997.
- CORDEIRO, J. C. **Diagnóstico da biodiversidade de vertebrados terrestres de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa. UFS/Campus de São Cristóvão, 2008. 148 p.
- DA MATA, R. Entorno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: BOURG, D. **Os sentimentos da natureza**. Instituto Piaget, Lisboa, (Japão e Austrália), 1997.
- DANTAS, T.V.P; RIBEIRO; A.S. Caracterização da vegetação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Sergipe – Brasil. **Revista Eletrônica Biotemas**, 23 (4) de 2010.
- DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2001.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo, Editora Hucitec, NUPAUB/USP, 2008.
- DIEGUES, A.C; NOGARA, P. **O nosso lugar virou um parque**. 3 ed. São Paulo: NUPAUB, 1995.
- DULLEY, R. D. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**: São Paulo, SP. V. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.
- EMÍDIO, Teresa; COIMBRA, José de Ávila Aguiar (Coord.). **Meio ambiente & paisagem**. São Paulo: SENAC, c2006. 176 p.
- FAGGIONATO, Sandra. **Percepção Ambiental**. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html, 2005. Acesso em: 25 de agosto de 2011.
- FERRARA, L. D. A. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: AMORIM FILHO, O. B; CARTER, H; KOHLSDORF, M. E. (Orgs.) **Percepção ambiental**: contexto teórico e aplicações ao tema urbano. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/ UFMG, 1987.
- _____. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ; Rita de Cássia Ariza (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FONTES; A. L. AGRA; L. G. SANTANA; J. W. C. **Meio ambiente e sociedade**. Aracaju: Gráfica Gutemberg, 2009

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Jorge Zarar, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, L. J; OLIVEIRA. I. S. S; COSTA, C. C; MAROTI, P. S. Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão em unidades de conservação. In: AGUIAR NETO, A. O; GOMES, L. J. **Meio ambiente: distintos olhares**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. 178p.

GOMES-POMBA: **Domesticando o mito da natureza selvagem**. In: Etnoconservação. São Paulo: NUPAUB, p.125.

GONÇALVES. C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2008 148p.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: **Manifestações da cultura no espaço**. ROSENDAHL, Z; CORREA, R. L. (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (Série Cultural)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**.

KELTING, Fátima Maria Soares. LOPES, José Lidemberg de Sousa. **Vislumbrando paisagens**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2011.

KOZEL T. S. **Representações e ensino da geografia: contribuições metodológicas**. Goiânia: Revista Ateliê Geográfico de Goiânia, v.2 n. 5. Dez/ 2008. p. 33 - 48.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2009.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições70, 1969. 367 p.

- LIMA, B. P. **Projeto de Sinalização de Segurança da Serra de Itabaiana**. (Projeto de Graduação em Design Gráfico - UNIT 2009/2). Disponível em: <www.itnet.com.br/materia-13730> Acessado em: 15 de setembro de 2011.
- MACHADO, L. M. C. P. Paisagem Valorizada – A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: AMORIM FILHO, O. B; CARTER, H; KOHLSDORF, M. E. (Orgs.) **Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/ UFMG, 1987.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação de direito ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- MELO & SOUZA, R.; SILVA, M. S. F. **Remanescentes florestais de Sergipe: o caso das unidades de conservação**, 2009. Disponível em <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo5/016.pdf> Acesso em 29 de outubro de 2011.
- MOREIRA, R. **O círculo e a espiral – para a crítica da geografia que se ensina – 1**. Niterói: AGB – Niterói, 2004.
- MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4.ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988. 222 p.
- PAES – LUCHIARI, M. T. D; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Celia (Orgs.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007. 176p.
- _____. A (Re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L(orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- PELEGRINI, Sandra C. A; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.
- PONS, P. Japão: um apego seletivo à natureza. In: BOURG, D. **Os sentimentos da natureza**. Instituto Piaget: Lisboa, 1997.
- PORTUGAL, G. **Recursos naturais**. Gpca-Meio Ambiente. Volta Redonda, RJ, 1992. Disponível em<<http://www.gpca.com.br/gil/art80.htm>> Acesso em: 02 de novembro de 2011.
- RAMALHO FILHO, Rodrigo. **Patrimônio cultural e natural: dimensão da sustentabilidade**. Recife: Editora universitária – UFPE, 1999.
- SANS, P. de T. C. **Pedagogia do desenho infantil**. Campinas: Alínea, 1987.
- SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SEEMANN, Jörn. **Mapas e Percepção Ambiental:** do Mental ao Material e vice-versa. Rio Claro, vol. 3, nº1, p. 200-223, 2003

SILVA, P. F. **Um diálogo entre a arquitetura e a paisagem:** proposta de um centro de recepção turística no Povoado Ribeira, em Itabaiana/SE. Monografia apresentada para obtenção de diploma de graduação no curso de arquitetura e urbanismo. Aracaju: UNIT, 2006. 87p.

SOBRAL, I. S.; SANTANA, R.; GOMES, L. J.; RIBEIRO, G.; SANTOS, J. R.; COSTA, M. Avaliação dos impactos ambientais no Parque Nacional Serra de Itabaiana, SE. **Revista Caminhos da Geografia**, v. 8, p. 102-110. Uberlândia, 2007.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Leitura Participativa do município de Itabaiana/Plano Diretor Participativo de Itabaiana.** Aracaju: UNIT, 2006.

VARGAS, M. A. M. A inútil oposição natureza x cultura na complexidade ambiental das tramas contemporâneas. In: **Geonordeste**. São Cristóvão. Ano XIX, n.1, 2008, p. 55 – 62.

VIEIRA, P. F; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: Secco/Aped, 2005.

XAVIER, C. A. R. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, P. 233 – 235

ZANIRATO, Silvia. H; RIBEIRO, Wagner C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História:** São Paulo, v. 26, n 51, p. 251-262, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ; Rita de Cássia Ariza (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A importância da paisagem. In: YAZIGI, Eduardo. (org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo. Contexto, 2002.

APÊNDICES



APÊNDICE A

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Descrição do ambiente físico e paisagístico da Serra do Cajueiro.
2. Observar o cotidiano dos moradores do Povoado Ribeira.
3. Descrição do ambiente social dos moradores do Povoado Ribeira.
4. Identificar as práticas dos moradores do Povoado relacionadas aos bens naturais da Serra do Cajueiro
5. Tentar identificar a motivação das práticas
6. Observar a frequência de visitação por parte dos veranistas e excursionistas
7. Observar as práticas os visitantes em relação aos bens
8. Observar as alterações ocorridas na comunidade com a presença dos visitantes.
9. Conhecer a motivação dos visitantes para utilizar dos bens.
10. Observar se existe alguma preocupação de ambas as partes para com a conservação do patrimônio



APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA COM OS MORADORES DO POVOADO RIBEIRA

Perfil do entrevistado

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Profissão: (histórico das atividades de geração de renda)

Escolaridade:

Percepção dos atores (deixá-los expor a suas vivências, experiência sem dar dicas sobre o objeto)

1. Descreva o seu cotidiano (dia-a-dia) de segunda a sexta – feira. O que Mais gosta?
2. A sua rotina muda no final de semana? O que muda? Por que? Quais os pontos positivos e negativos?
3. Você sabe o nome dessa Serra?
4. O que a Serra do Cajueiro é para você?
5. Para que a Serra do Cajueiro serve?
6. Você acha que a opinião dos demais moradores é igual a sua? Justifique. Explique.
7. O que você acha dos visitantes?
8. Em sua opinião, por que eles vêm aqui?
9. Há quanto tempo a Serra do Cajueiro possui fluxo de visitação?
10. Você acha que devem ser organizados passeios coletivos para Serra do Cajueiro? Por qu ?
11. Houveram mudanças no local? Em sua opinião estas mudanças se devem a que?
12. Os visitantes provocaram mudanças no ambiente do entorno? Quais?
13. As mudanças pioraram ou melhoraram o ambiente? Justifique.
14. Você faria (faz) algo a favor da Serra? O que?
15. Quem deve cuidar (conservar) a Serra do Cajueiro? Por quê?
16. Como você usa o ambiente da Serra? O que você faz? Desde quando? Qual a motiva o?
17. Você sabe que a Serra do Cajueiro pertence ao Parque Nacional Serra de Itabaiana?
18. Se você fosse um pintor como descreveria (pintaria) esse (aquele) lugar?



APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA COM OS VISITANTES DA SERRA DO CAJUEIRO

Perfil do entrevistado

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Local da entrevista:

Escolaridade:

Acesso: () Só () Em grupo () Família () Outros

Percepção dos visitantes (deixá-los expor a suas vivências, experiência sem dar dicas sobre o objeto)

1. Você sabe o nome dessa Serra?
2. Há quanto tempo frequenta a Serra do Cajueiro? Por quê?
3. Observou alguma mudança no ambiente? (Se frequentador a mais de cinco anos)
4. O que faz aqui?
5. O que mais gosta?
6. O que a Serra do Cajueiro representa para você?
7. O ambiente é satisfatório para você?
8. Se você pudesse mudar algo aqui, o que seria? Por quê?
9. Você faria (faz) algo a favor da Serra? O que?
10. Quem deve cuidar (conservar) da Serra do Cajueiro? Por quê?
11. Você sabe que a Serra do Cajueiro pertence ao Parque Nacional Serra de Itabaiana?
12. Se você fosse um pintor como descreveria (pintaria) esse lugar que estamos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA COM GESTOR PÚBLICO

Perfil do entrevistado

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Função:

1. Como a Serra do Cajueiro é tratada pelo Instituto Chico Mendes no conjunto do Parque Nacional Serra de Itabaiana?
2. Qual a importância da Serra do Cajueiro para o Parque Nacional?
3. O plano de manejo está sendo elaborado? Existe previsão de término?
4. A atual gestão tem conhecimentos das práticas que acontecem na Serra e no entorno?
5. Algum levantamento já foi realizado para diagnosticar a degradação proveniente das práticas existente?
6. Trabalhos de sensibilização, de educação ambiental, em âmbito formal ou informal, já foram realizados? Por quem? Quando? Onde?



APÊNDICE E

ROTEIRO DE ATIVIDADES EM ÂMBITO FORMAL

Inicialmente o projeto foi apresentado à coordenação da escola enaltecendo que o estudo busca analisar se há relevância da Serra do Cajueiro para os moradores da comunidade. A partir desse primeiro contato com a escola e com a confirmação do interesse da coordenação e dos professores em participar fez-se o agendamento do dia e horários para o desenvolvimento das atividades com os alunos. Foi sugerido à coordenação que as atividades aconteçam no mesmo dia com as duas turmas, cada um deles de 2 horas, no período da manhã com o quarto e quinto ano, no período da tarde com o sexto ano.

Com a aceitação das propostas citadas anteriormente, a coordenadora mostrou-a as instalações da escola, falou das dificuldades existentes e fez as apresentações necessárias entre a pesquisadora e os professores, assim como aos alunos. Através do primeiro contato com os alunos, em sala de aula, a pesquisadora falou um pouco do trabalho (pesquisa) e pediu a colaboração deles na atividade sem dar pistas sobre o objeto. Aparentemente a aceitação e vontade de participar foi unânime.

No primeiro momento com os alunos no dia e horário marcado para o desenvolvimento das atividades, os trabalhos foram iniciados com formalidades, as respectivas apresentações foram efetuadas. Cada um disse seu nome, a idade, se nasceram e/ou a quanto tempo residem no Povoado Ribeira e a série, pois no período da manhã os trabalhos foram desenvolvidos com os alunos do quarto e quinto ano ao mesmo tempo. Essa turma possuía vinte alunos, catorze do quarto e seis do quinto ano.

Após as apresentações foi entregue uma folha em branco e material de desenho e pintura (lápiz, lápis de cor, borracha, giz de cera, etc.) e foi solicitado um desenho (mapa mental) respondendo as perguntas ou uma das perguntas que foram escritas no quadro: **O que tem de mais importante em meu Povoado? O que tem no meu Povoado que me dá orgulho?**

Depois dessas etapas os estudantes tiveram trinta minutos para produzirem os desenhos. Durante a produção dos mapas, a pesquisadora observou o que estava sendo produzido e já foi observando aqueles desenhos que fossem passíveis de análise. Ao final, os desenhos com maior relevância para a pesquisa foram identificados.

Para maior esclarecimento das informações contidas no desenho os alunos foram convidados a fazer uma explanação sobre o que foi produzido. Paulatinamente, as informações foram anotadas e as falas gravadas pela pesquisadora. Ao final, todos os mapas serão recolhidos para análise posterior, desde já, procurando as relações entre o que está posto e o que foi dito durante as explicações. Alguns alunos que tiveram uma produção interessante para a pesquisa, não quiseram fazer explicações e a vontade deles foi respeitada.

Os mesmos procedimentos foram realizados no período da tarde com os alunos do sexto ano, também no período de duas horas. A turma do sexto ano possui doze alunos

**APÊNDICE G – EXTRATO DA LISTA DE VISITANTES –
JANEIRO/JUNHO**

Data	Horário de Chegada	Tempo	Modalidade	Número de Pessoas	Procedência	Local de Visitação
20/01/2012	Manhã	Aberto	Grupo	06	Pov. Jenipapo	Poções
21/01/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	40	São Paulo, Aracaju, Povoados, Itabaiana.	Poções, Ribeira, Pilão
22/01/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	91	Laranjeiras, Aracaju, Itabaiana, Povoado(s), N.S. das Dores.	Poções
17/02/2012	Tarde	Aberto	Grupo	25	Aracaju	Poções
18/02/2012	Manhã/Tarde	Fechado	Grupo	110	Aracaju, Itabaiana.	Poções, Ribeira.
19/02/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	53	Aracaju, Itabaiana.	Poções, Ribeira, Pilão
20/02/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	87	Aracaju, Areia Branca, Itabaiana, Mangabeira, Rio das Pedras.	Poções, Ribeira, Pilão
21/02/2012	Manhã	Aberto	Grupo	26	Aracaju, Itabaiana, Pov. Ribeira	Poções
22/03/2012	Manhã	Aberto	Grupo	27	Santos/SP, Pov. Ribeira	Poções
24/03/2012	Tarde	Aberto	Grupo	06	Itabaiana	Poções, Ribeira
25/03/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	28	Itabaiana, Aracaju, Povoados Ribeira, Cajalba.	Poções, Ribeira.
28/04/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	08	Itabaiana, Pov. Ribeira	Poções, Ribeira
29/04/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	127	Estância, Umbaúba, Aracaju, São Cristóvão, Pov. Ribeira, Serra Comprida,	Poções, Ribeira, Pilão

					Cajueiro, Boqueirão.	
26/05/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	14	Itabaiana, Pov. Ribeira e Garangau	Poções, Ribeira, Pilão
27/05/2012	Manhã	Aberto	Grupo	47	Aracaju, Itabaiana, Pov. Ribeira, Cajaíba.	Ribeira, Pilão
24/06/2012	Manhã/Tarde	Aberto	Grupo	12	Aracaju, Itabaiana, Santo André/SP	Poções, Ribeira, Pilão
25/06/2012	Manhã	Aberto	Grupo	20	Ilhéus/BA, Rio das Pedras.	Poções, Pilão

ANEXO

